



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

EDITAL N. 90031/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UASG 925006
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0017216-70.2025.8.22.8000
MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90031/2026					
Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 06/07/2026, às 09:00h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br				Limite para esclarecimentos e impugnações ao Edital: 01/07/2026.	
Objeto:					
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de rede assistencial de saúde mental, por meio de plataforma digital, com funcionalidades de atendimento psicológico e psiquiátrico remoto, assistência psicológica de emergência, trilhas de aprendizado, webnários, relatórios gerenciais e suporte técnico, visando promover o bem-estar de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as), bem como estagiários(as) do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, além da execução de Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1 ou outra norma superveniente), conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.					
Valor Total Estimado:					
R\$ 3.792.886,00 (três milhões, setecentos e noventa e dois mil oitocentos e oitenta e seis reais).					
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Intervalo mínimo de entre lances		
() sim (x) não	() Facultativa (x) Não necessária	(x) Aberto () Aberto e Fechado () Fechado e Aberto	(x) R\$ 0,01 () R\$ _____		
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva ME/EPP?	Cota	Ampla Concorrência?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?
() sim (x) não	() sim (x) não		(x) sim () não	() sim (x) não	() sim (x) não
Telefone para contato:			e-mail para contato:		
(69) 3309-6652			licitacoes@tjro.jus.br		
Observações Gerais:					
<p>- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no ANEXO IV - Termo de Referência e ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances.</p> <p>- Após a fase de lances as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado e os documentos de habilitação exigidos no Edital, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p> <p>- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pela licitante, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p>					



1. PREÂMBULO

1.1. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO), doravante denominado Tribunal, **TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO** tendo por finalidade a qualificação de **EMPRESAS** e a seleção de propostas, sendo regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

1.2. DO OBJETO

1.2.1. **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de rede assistencial de saúde mental, por meio de plataforma digital, com funcionalidades de atendimento psicológico e psiquiátrico remoto, assistência psicológica de emergência, trilhas de aprendizado, webnários, relatórios gerenciais e suporte técnico, visando promover o bem-estar de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as), bem como estagiários(as) do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, além da execução de Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1 ou outra norma superveniente), conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA

SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: **09:00h do dia 06/07/2026 (horário de Brasília).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0017216-70.2025.8.22.8000.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021; e
- b) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei n. 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar n. 123/2006](#) e do Decreto n. 8.538/2015.

3.3. Somente para as licitantes cadastradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- b) nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame; e
- c) nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito se a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, § 1º, da Lei n. 14.133/2021.

3.5. Não será permitida a participação de empresa em consórcio, uma vez que o objeto em questão apresenta ampla competitividade no mercado e não apresenta complexidade técnica ou econômica que exija a união de esforços de múltiplas empresas para o cumprimento das obrigações contratuais.

4. DO VALOR ESTIMADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

4.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 3.792.886,00 (três milhões, setecentos e noventa e dois mil oitocentos e oitenta e seis reais)**.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PROCEDIMENTO DESTA PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. Do envio da proposta pelo sistema eletrônico

6.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e, ainda, em campo próprio do sistema manifestar-se sobre todas as declarações exigidas.

6.1.2.1. É vedada a cotação parcial de itens, de quantidade inferior à demandada nesta licitação e de preços unitários distintos para o mesmo item licitado, independentemente da localidade de entrega.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo Descrição Complementar.

6.1.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.6. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

6.1.7. **No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no aviso do COMPRAS.GOV.BR e o disposto nos Anexos deste Edital (Especificações), a licitante deverá obedecer ao que está disposto nestes Anexos.**



6.2. Da abertura e do critério de julgamento da proposta

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.2. O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que: contenha vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para o item; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

6.2.3.1. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor máximo estimado para o item.

6.2.3.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 6.2.3.1 deste Edital, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o site www.gov.br/compras/pt-br, opção Fornecedor > Acesso ao sistema > Fornecedor Brasileiro/Estrangeiro > Login e Senha.

6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

6.3.4.1. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.

6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

6.3.7. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.3.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

6.3.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.3.8.1 deste Edital, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.3.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.3.8.1 e 6.3.8.2 deste Edital, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste Edital, para a definição das demais colocações.

6.3.8.5. Após o reinício previsto no subitem 6.3.8.4 deste Edital as licitantes serão convocadas para apresentarem lances intermediários.

6.3.8.6. Encerrada a etapa de que trata o subitem 6.3.8.5 deste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3.10. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.3.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.3.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.3.14. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.3.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

6.3.15.1. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público a ser realizado no próprio Sistema Eletrônico, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.3.16. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada empate ficto, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.

6.3.16.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

6.3.16.2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.3.17. Encerrado o tempo normal de disputa, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

6.3.18. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do item/grupo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.3.19. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.3.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. Para tanto, deverá se manifestar quando da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico. A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

6.3.21. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.3.22. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimado para o item, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no subitem 6.3.4.1 deste Edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.3.15 deste Edital.

6.3.23. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3.24. Observado o prazo de que trata o subitem 6.5.1 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a), deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

6.3.25. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

6.3.26. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.3.28. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) de data diversa.

6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte

6.4.1. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.5. Da proposta detalhada e da habilitação

6.5.1. A **PROPOSTA DETALHADA** (modelo constante no **ANEXO I** deste Edital), **atualizada em conformidade com o menor lance eventualmente ofertado**, deverá ser encaminhada, pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do momento da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, fone fixo/celular e endereço eletrônico (e-mail);

b) Descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo prazo de validade/garantia caso haja, em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital; e

c) Valor unitário e valor total de cada item.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.5.1.1. Para fins de classificação, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, juntamente com a Proposta Detalhada, conforme disposição contida no subitem 6.5.1 deste Edital, deverá encaminhar:

a) planilha de precificação dos custos com a disponibilização do acesso à Plataforma Digital de Saúde Mental; da sessão de Atendimento Psicológico e da sessão de Atendimento Psiquiátrico; do acionamento do serviço de Assistência Psicológica de Emergência; e do serviço de Avaliação dos Riscos Psicossociais nos termos da NR-1, conforme disposto nos subitens 12.15.11.1, 12.15.11.2, 12.15.11.3 e 12.15.11.4, respectivamente, do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital, conforme modelo constante no **ANEXO I** deste Edital; e

b) declaração de que possui profissionais habilitados para prestação dos atendimentos psicológicos e psiquiátricos das sessões terapêuticas; profissionais habilitados para prestação do serviço de Assistência Psicológica de Emergência, com formação comprovada em manejo de crise, prevenção do suicídio e avaliação de risco; e de profissionais habilitados para o atendimento inclusivo de pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e neurodivergente, conforme modelo constante no **ANEXO III** deste Edital.

6.5.1.2. O valor referente à Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1), terá caráter institucional e abrangência global, contemplando todo o universo de magistrados(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as), não estando vinculado a número de usuários ativos na plataforma.

6.5.1.2.1. Deverá contemplar todas as etapas necessárias à sua execução, incluindo aplicação, tratamento estatístico, elaboração de relatórios técnicos e apresentação dos resultados; Será cotado como valor total dos serviços.

6.5.1.3. No prazo previsto no subitem 6.5.1 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou

b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2. A **HABILITAÇÃO** consistirá em:

a) regularidade perante a Fazenda federal, estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente e municipal, na forma da lei;

b) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) regularidade perante a Justiça do Trabalho;

d) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

e) balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme Parecer de Orientação n. 2/2026 - SEPREC/DICONT/DFC/SOF/PRESI/TJRO, comprovação de índices relativos à boa situação financeira da licitante (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) iguais ou maiores que 1 (um). Caso qualquer dos índices esteja inferior a 1 (um), será verificada a comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

f) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a implantação e implementação de plataforma digital de saúde mental, contemplando atendimento psicológico e/ou psiquiátrico remoto;

g) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1 ou outra norma superveniente) para licitante(s) ou instituição(ões) com, no mínimo, 2.000 (dois mil) usuários;

h) Registro ou inscrição do(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional de Medicina (CRM) ou no Conselho Regional de Psicologia (CRP), ativo e válido;

i) Registro ou inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em plena validade; e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

j) Comprovação de titularidade do software de telemedicina utilizado na plataforma digital de saúde mental, mediante registro no INPI ou, alternativamente, por meio de contrato de licença, cessão, parceria tecnológica ou documento equivalente, que demonstre que a licitante é proprietária do software ou possui direito de uso válido e eficaz durante toda a vigência contratual. A empresa fornecedora do sistema, quando diversa da licitante, deverá apresentar documentação que comprove sua titularidade sobre o software.

6.5.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 6.5.2 deste Edital serão verificados, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.2. O documento exigido na alínea "e" do subitem 6.5.2 deste Edital será verificado, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.3. Os documentos exigidos nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do subitem 6.5.2 deste Edital deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.4. Caso os documentos exigidos para atendimento das alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.5. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será a data limite definida pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.5.2.6. As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.5.2.6.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

6.5.2.7. A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto à exigência contida nas alíneas "f", "g" e "h" do subitem 6.5.2 deste Edital.

6.5.2.7.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

6.5.2.8. Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.

6.5.2.9. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.2.10. Os documentos para habilitação serão exigidos apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e o prazo para a sua apresentação, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), será de até 2 (duas) horas, prorrogado por igual período.

6.5.2.11. No prazo previsto no subitem 6.5.2.10 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou

b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2.12. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.5.3. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

6.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio do Tribunal, no endereço mencionado neste Edital, dentro do prazo assinalado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial e ainda por declaração de autenticidade por advogado.

6.5.6. As certidões apresentadas pela licitante, conforme disposição do subitem 6.5.2 deste Edital, estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo(a) Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.5.7. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e
- c) se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a licitante estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal licitante será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

6.6. Do recurso

6.6.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.6.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

6.6.2.1. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

6.6.3. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.6.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.5. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior.

6.6.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade superior a adjudicar e homologar o objeto à licitante vencedora.

6.6.7. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o(a) Pregoeiro(a) o apreciará no prazo de 3 (três) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido. Não havendo a reconsideração do ato, os autos serão encaminhados à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7. DO CONTRATO

7.1. Da adjudicação e homologação

7.1.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.

7.2. Da assinatura do contrato

7.2.1. Conforme descrito no subitem 11.1 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

7.2.2. Fica vedada a contratação de mais de uma empresa para a execução do mesmo objeto, exceto nos casos em que, mediante justificativa, o objeto possa ser executado de forma concomitante por mais de um contratado ou a múltipla execução se mostrar conveniente.

7.3. Da vigência do contrato

7.3.1. Conforme descrito no subitem 11.2 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

7.4. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do contrato

7.4.1. Conforme descrito no subitem 11.3 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame, desde que cause prejuízo à Administração;

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; e

2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

-
1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e
 3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n. 12.846/2013](#).
- 8.2. Com fulcro na [Lei n. 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou aos adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar; e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.
- 8.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 1% do valor estimado da contratação.
- 8.4.2. Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor do contrato.
- 8.4.3. Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 30% do valor estimado da contratação.
- 8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021](#).
- 8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Conforme descrito no Item 18 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, dirigidas ao(à) Pregoeiro(a) e por meio do e-mail licitacoes@tjro.jus.br, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

10.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos(as) responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estabelecido.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias corridos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.

11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.

11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.

11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.6. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 6.2.6 deste Edital, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

11.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no *site* www.tjro.jus.br, bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.

11.11. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.

11.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.

11.14. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* www.tjro.jus.br ou www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sala do Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio (DEAGESP/TJRO), situada na Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 207, 2º Andar, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h, onde poderá ser retirado, preferencialmente em meio eletrônico, sem ônus para o Tribunal.

11.15. O(A) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (69) 3309-6652, e ainda pelo e-mail licitacoes@tjro.jus.br. O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.

11.16. ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução n. 027/2016-PR. Para tanto, os representantes das licitantes vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, **para assinatura digital do contrato**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 8 deste Edital.

11.17. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estabelecidos neste Edital.

11.18. A licitante vencedora se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018) e outras leis aplicáveis em relação às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Edital, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos, incluindo a confidencialidade das informações.

11.19. São partes integrantes do presente Edital:

- a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances;
- b) ANEXO II - Preços de referência;
- c) ANEXO III - Modelo de declaração da empresa;
- d) ANEXO IV - Termo de Referência; e
- e) ANEXO V - Minuta do Contrato.

Porto Velho/RO, 19 de junho de 2026.

Karina Miguel Sobral
Juíza Secretária-Geral
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia



ANEXO I
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DETALHADA
APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n. 031/2026.

Razão Social:
Número do CNPJ:
Endereço completo com CEP:
Fone/Celular:
Outros (correio eletrônico...):
Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:
Responsável legal para assinatura do Contrato (nome, documentação de identificação oficial e CPF):

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de rede assistencial de saúde mental, por meio de plataforma digital, com funcionalidades de atendimento psicológico e psiquiátrico remoto, assistência psicológica de emergência, trilhas de aprendizado, webnários, relatórios gerenciais e suporte técnico, visando promover o bem-estar de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as), bem como estagiários(as) do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, além da execução de Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1 ou outra norma superveniente), nos termos do Pregão em epígrafe.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	1	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	12 meses		
	2	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	21.600 sessões		
	3	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	5.400 sessões		
	4	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	12 acionamentos		
	5	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	1 serviço		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, nos termos do subitem 6.1.4 do presente Edital.

O Prazo de entrega:

OBSERVAÇÃO:

1. Quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deve:

- a) Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "a" e "b" do subitem 6.5.1.1 deste Edital;
- b) Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do subitem 6.5.2 deste Edital; e
- c) Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital, caso estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 20____.

Assinatura do Representante Legal
Documentação de identificação oficial e CPF



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

ANEXO II
PREÇOS DE REFERÊNCIA

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)
1	1	Plataforma de saúde mental (trilhas, webinários e conteúdos)	3.825,00
	2	Acesso à Rede de Apoio: Atendimento Psicológico	80,00
	3	Acesso à Rede de Apoio: Atendimento Psiquiátrico	358,49
	4	Assistência Psicológica de Emergência	2.750,00
	5	Avaliação de riscos psicossociais (NR-1)	50.140,00



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA

Ao
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585
Bairro Olaria
Porto Velho - Rondônia

Ref.: Processo n. 0017216-70.2025.8.22.8000

A empresa (nome da empresa _____), CNPJ n. _____, sediada (endereço completo _____) declara, sob as penas da lei, em atendimento ao exigido na alínea "b" do subitem 6.5.1.1 deste Edital, que possui profissionais habilitados para prestação dos atendimentos psicológicos e psiquiátricos das sessões terapêuticas; profissionais habilitados para prestação do serviço de Assistência Psicológica de Emergência, com formação comprovada em manejo de crise, prevenção do suicídio e avaliação de risco; e de profissionais habilitados para o atendimento inclusivo de pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e neurodivergente.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa

RG:

CPF:

Edital redigido, com base no Termo de Referência, por:

Cássio Alessandro Ximenes Comparin
Chefe de Seção
Seção de Preparação de Contratação/Diaq/Deagesp/SA



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO SOUSA ARAÚJO, Técnico (a) Judiciário**, em 16/06/2026, às 17:49 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **KARINA MIGUEL SOBRAL, Juíza Secretária-Geral**, em 19/06/2026, às 00:55 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5731465** e o código CRC **84D8485C**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br
- Criada conforme Resolução N. 100/2019-PR.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4 / 2026 - DISAU/DDS/SGP/PRESI/TJRO

2026.PCA.7365

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de rede assistencial de saúde mental, por meio de plataforma digital, com funcionalidades de atendimento psicológico e psiquiátrico remoto, assistência psicológica de emergência, trilhas de aprendizado, webnários, relatórios gerenciais e suporte técnico, visando promover o bem-estar de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as), bem como estagiários(as) do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, além da execução de Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1 ou outra norma superveniente).

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O equilíbrio entre trabalho e vida pessoal tem se consolidado como um dos principais desafios das organizações contemporâneas. Estudos recentes indicam que a saúde mental dos trabalhadores é um dos fatores mais determinantes para a produtividade, a retenção de talentos e a construção de ambientes organizacionais saudáveis. Nesse contexto, a qualidade de vida no trabalho deixou de ser um diferencial e passou a constituir uma exigência estratégica, especialmente no setor público, onde o impacto das atividades laborais sobre o bem-estar psíquico é particularmente significativo.

2.2. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que o bem-estar emocional constitui parte integrante da saúde global do indivíduo. Transtornos como ansiedade, depressão, estresse ocupacional e síndrome de *Burnout* têm se tornado cada vez mais recorrentes entre profissionais do Judiciário, afetando diretamente sua capacidade de concentração, tomada de decisão e relacionamento interpessoal. O Brasil ocupa a segunda posição no *ranking* mundial de incidência da síndrome de *Burnout* no ambiente de trabalho, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da International Stress Management Association - Brasil (ISMA-BR).

2.3. Além disso, destaca-se que o trabalho pode ser uma fonte de estresse e contribuir para o surgimento de transtornos mentais. As demandas laborais, o ambiente organizacional, o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e as relações com colegas e superiores hierárquicos são alguns dos fatores que podem impactar a saúde mental dos trabalhadores. Entre as condições de saúde mental relacionadas ao trabalho, destacam-se o estresse ocupacional, a síndrome de *Burnout*, a depressão, a ansiedade e os transtornos do sono.

2.4. Outra condição relevante de saúde mental decorrente do trabalho é o estresse ocupacional, que pode desencadear sintomas físicos, como dores de cabeça, hipertensão e doenças cardíacas, além de sintomas psicológicos, como ansiedade, depressão e insatisfação profissional. Ademais, o estresse ocupacional tem sido associado a mudanças comportamentais, como absenteísmo, perda de foco e redução da produtividade, o que eleva os custos globais das organizações e da sociedade.

2.5. No âmbito do Tribunal, levantamento realizado pela Divisão de Saúde revelou que, em 2023, foram registrados 27.382 dias de afastamento por motivos diversos, muitos deles relacionados a transtornos mentais. Em 2024, os dados subiram para 30.817 dias de afastamentos, que representou um índice de absenteísmo total de 2,41%, no ano de 2025 representou um total de 29.515 dias de afastamento (5363910). Há que se destacar, ainda, que, embora os números apresentados sejam capazes de evidenciar a magnitude do problema, não representam a real situação de sofrimento mental e emocional experimentada por muitos dos integrantes, pois a subnotificação ainda acontece, seja porque a ajuda profissional não foi buscada em decorrência do estigma associado às questões de saúde mental, seja por falta de plano de saúde ou condições financeiras para tratamento particular, ou, ainda, pela dificuldade de acesso à rede pública. Esse dado evidencia a urgência de ações estruturadas voltadas à promoção da saúde emocional dos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as).

2.6. Em resposta a esse cenário, o Tribunal, por meio da Escola da Magistratura de Rondônia (Emeron), desenvolveu o Programa BemJud - de Bem-Estar Psíquico, com foco na prevenção, acolhimento e intervenção em situações de sofrimento emocional. O programa contempla oficinas temáticas, escuta qualificada, conteúdos educativos e atendimentos psicológicos, sendo reconhecido como uma iniciativa estratégica de valorização das pessoas.

2.7. A pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), realizada em 2022 em cumprimento à Resolução n. 207 do CNJ, apontou como eixo prioritário a promoção da saúde mental. Os resultados indicaram altos índices de exaustão, irritabilidade e sobrecarga emocional entre os profissionais do Judiciário, especialmente após a pandemia de COVID-19.

2.8. Diante disso, a contratação de uma plataforma digital especializada em saúde mental se mostra como uma solução moderna, eficaz e inclusiva para instrumentalizar o Programa BemJud. A plataforma digital de saúde mental permitirá o acesso remoto a atendimentos psicológicos e psiquiátricos individuais, trilhas de aprendizado sobre saúde mental, ferramentas de autogestão e análise contínua de indicadores psíquicos, respeitando os princípios éticos da profissão e garantindo sigilo, acolhimento e efetividade. Desta forma, pretende-se aumentar o repertório emocional e comportamental do quadro funcional do Tribunal diante das pressões e adversidades da vida e do trabalho. Desse modo, a saúde mental dos integrantes é preservada e, por conseguinte, satisfação, desempenho, engajamento e produtividade tendem a aumentar. Além disso, todos ganham: indivíduos, instituição e sociedade.

2.9. A modalidade digital é especialmente adequada para atender magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) lotados em comarcas do interior, onde há escassez de profissionais especializados. Além disso, a flexibilidade da plataforma digital de saúde mental permite que os atendimentos sejam realizados conforme a disponibilidade dos usuários, promovendo autonomia e continuidade no cuidado emocional.

2.10. A implementação da plataforma digital de saúde mental contribuirá para a redução do absenteísmo, melhora do clima organizacional, aumento da produtividade e fortalecimento da cultura institucional de cuidado com as pessoas. A médio e longo prazo, espera-se que os indicadores de saúde mental apresentem evolução positiva, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

2.11. A iniciativa está alinhada aos macrodesafios do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), conforme Resolução n. 205/2021 - TJRO, e à Estratégia do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO) 2021-2026. Também atende às diretrizes da Agenda 2030 da ONU, especialmente nos eixos de saúde, bem-estar e desenvolvimento humano.

2.12. A adoção da taxa de ativação como parâmetro estimativo fundamenta-se na natureza variável da demanda por serviços de saúde mental, cuja utilização não ocorre de forma linear entre os usuários elegíveis. Estudos de mercado e contratações similares indicam taxa média de utilização entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) da população elegível, sendo adotado, para fins de planejamento, percentual conservador de 10% (dez por cento).

2.13. Ressalta-se que a taxa de ativação possui caráter exclusivamente estimativo, não vinculando a Administração ao consumo mínimo nem gerando obrigação de pagamento fixo à Contratada, visa assegurar previsibilidade orçamentária sem comprometer o princípio da remuneração por serviço efetivamente prestado, evitando pagamentos indevidos por capacidade ociosa.

2.14. O objeto a ser contratado apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, conforme apregoa a Lei n. 14.133/2021. Portanto, é salutar o entendimento da obrigatoriedade da contratação por meio da modalidade licitatória Pregão em sua forma eletrônica, cujo critério de julgamento será o de menor preço.

2.15. As demais informações e justificativas relativas ao objeto deste Termo de Referência encontram-se no Estudo Técnico Preliminar 258 (5274501), que embasa a proposta de implantação da plataforma digital de saúde mental no âmbito do Tribunal, conforme Processo n. 0017216-70.2025.8.22.8000.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto deste Termo de Referência será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

5.1. As especificações e quantidades encontram-se registradas nos **ANEXOS I e II** deste Termo de Referência.

5.2. Os valores estimados para o presente Termo de Referência constará de Quadro Demonstrativo de Quantitativos e Valores, elaborado pela Divisão de Aquisições - DIAQ/DEAGESP.

5.3. Para fins de planejamento orçamentário e estimativa de consumo, adotou-se como parâmetro uma taxa de ativação estimada de 10% (dez por cento) da população elegível de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) do Tribunal, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

5.3.1. Com base nessa taxa, estima-se a utilização mensal de **até 1800 (mil e oitocentos) sessões de atendimentos psicológicos**, considerando o limite de **até 4 (quatro) sessões mensais** por usuário e de **até 450 (quatrocentos e cinquenta) sessões de atendimentos psiquiátricos**, considerando o limite de **1 (uma) sessão** mensal por usuário.

5.3.2. A presente estimativa não configura obrigação de consumo mínimo, tampouco gera direito à remuneração fixa à Contratada, constituindo-se exclusivamente como referência técnica para estimativa de demanda e dimensionamento orçamentário da contratação.

6. DOS PREÇOS

6.1. Os preços propostos serão aqueles discriminados pela empresa em sua proposta, cotado em reais (R\$), devendo prevalecer, em caso de divergência, o preço unitário sobre o preço total.

6.2. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...)

devem estar inclusas na proposta apresentada.

7. DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

7.1. A empresa convocada no item/grupo, QUANDO NECESSÁRIO, deverá apresentar INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR do objeto ofertado, para verificar se este atende às especificações previstas neste Termo de Referência no prazo de **até 2 (duas) horas** contado a partir da notificação pelo Tribunal.

7.1.1. A empresa que não apresentar informação complementar dentro do prazo notificado será desclassificada no item/grupo.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente do Contrato correrá por conta de recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia: Unidade Orçamentária: 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU; Funcional Programática: 02.122.1012.1486 - Promover o Bem Estar para Magistrados(as), Servidores(as) e Estagiários(as) do PJRO; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Subitem: 5 - Serviços Técnicos Profissionais.

9. DA PROPOSTA

9.1. A empresa deverá apresentar para fins de classificação:

- a) planilha de precificação dos custos com a disponibilização do acesso à **Plataforma Digital de Saúde Mental**; da sessão de **Atendimento Psicológico** e da sessão de **Atendimento Psiquiátrico**; do acionamento do serviço de **Assistência Psicológica de Emergência**; e do serviço de **Avaliação dos Riscos Psicossociais** nos termos da NR-1, conforme disposto nos subitens **12.15.11.1, 12.15.11.2, 12.15.11.3 e 12.15.11.4**, respectivamente, deste Termo de Referência, conforme modelo constante no **ANEXO II** deste Termo; e
- b) declaração de que possui profissionais habilitados para prestação dos atendimentos psicológicos e psiquiátricos das sessões terapêuticas; profissionais habilitados para prestação do serviço de Assistência Psicológica de Emergência, com formação comprovada em manejo de crise, prevenção do suicídio e avaliação de risco; e de profissionais habilitados para o atendimento inclusivo de pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e neurodivergente, conforme modelo constante no **ANEXO III** deste Termo.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A empresa deverá apresentar para fins de habilitação:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a implantação e implementação de **plataforma digital de saúde mental**, contemplando atendimento psicológico e/ou psiquiátrico remoto;
- b) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1 ou outra norma superveniente) para empresa(s) ou instituição(ões) com, no mínimo, 2.000 (dois mil) usuários;
- c) Registro ou inscrição do(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional de Medicina (CRM) ou no Conselho Regional de Psicologia (CRP), ativo e válido;
- d) Registro ou inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em plena validade; e
- e) Comprovação de titularidade do software de telemedicina utilizado na plataforma digital de saúde mental, mediante registro no INPI ou, alternativamente, por meio de contrato de licença, cessão, parceria tecnológica ou documento equivalente, que demonstre que a empresa é proprietária do software ou possui direito de uso válido e eficaz durante toda a vigência contratual. A empresa fornecedora do sistema, quando diversa da licitante, deverá apresentar documentação que comprove sua titularidade sobre o software.

10.1.1. A empresa poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto às exigências contidas nas alíneas **"a"** e **"b"** do subitem 10.1 deste Termo de Referência.

10.1.1.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

10.1.2. Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.

10.1.3. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

11. DO CONTRATO

11.1. Da assinatura do Contrato

11.1.1. O Tribunal convocará a empresa para assinar eletronicamente o Contrato, dentro do prazo de **2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

11.1.1.1. Antes da convocação para assinatura do Contrato de que trata o subitem anterior, serão consultados o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como será

verificada a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

11.1.1.2. A recusa injustificada da empresa em assinar o Contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo.

11.1.1.3. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

11.1.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital, far-se-á a remessa do Contrato por via postal, para assinatura da empresa.

11.1.3. Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa deverá:

- a) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos;
- b) apresentar ao Tribunal, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do *caput* do art. 4º da Instrução Normativa n. 1.234/2012 - Receita Federal do Brasil, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada; e
- c) indicar formalmente um preposto, apto a representar a empresa junto ao Tribunal, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

11.1.4. Na hipótese da não assinatura do Contrato, nos prazos e condições estabelecidos, o Tribunal poderá convocar outra empresa, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

11.2. Da vigência do Contrato

11.2.1. A vigência do Contrato será de **1 (um) ano** contado da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado nos exercícios subsequentes até o limite de 10 (dez) anos, de acordo com o art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

11.3. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do Contrato

11.3.1. O Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

11.3.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços do Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

11.3.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá ser analisado e respondido pelo Tribunal no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contado a partir da instrução completa do requerimento pela Contratada.

11.3.4. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** do Contrato:

- a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;
- b) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal se durante a vigência do Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e
- c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

11.3.5. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

11.3.6. Em caso de surgimento de medidas sanitárias, assim declaradas pelas autoridades públicas, que impossibilitem a execução do Contrato, este poderá ser extinto, com fulcro nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem ônus para quaisquer das partes.

11.4. Da subcontratação

11.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do Contrato.

12. DA EXECUÇÃO

12.1. A Contratada executará o objeto atendendo integralmente a todas as disposições contidas neste Termo de Referência.

12.2. A Contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura do Contrato pelas partes, um Cronograma de ação para o lançamento e início da execução da **Avaliação dos Riscos Psicossociais (NR-1)** e um **Plano de Comunicação e Endomarketing focado no lançamento e na manutenção do engajamento dos usuários na plataforma digital de saúde mental**.

12.2.1. O Cronograma de ação para o lançamento e início da execução da **Avaliação dos Riscos Psicossociais (NR-1)** deverá conter:

- a) metodologia detalhada de aplicação;

- b) cronograma executivo, com prévia da data de início da aplicação da Avaliação de Riscos Psicossociais;
- c) estratégia de comunicação e engajamento;
- d) modelo do instrumento psicométrico utilizado;
- e) metodologia de tratamento e anonimização dos dados; e
- f) metodologia de consolidação estatística dos resultados.

12.2.2. A aplicação da Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1) somente poderá ser iniciada após validação formal pelo(a) Gestor(a) do Contrato quanto aos documentos previstos no subitem anterior.

12.2.3. O Plano de Comunicação e Endomarketing deverá conter, no mínimo, as seguintes entregas:

- a) **peças de divulgação** como cards para intranet/whatsapp, templates de e-mail, marketing e vídeos curtos no formato de tutorial sobre o uso da plataforma digital de saúde mental (e aplicativo de modelo operacional iOS e Android) que expliquem o seu funcionamento com foco na confidencialidade e na ética dos atendimentos; e
- b) **campanha de lançamento** a ser realizada de forma intensiva e contínua por meio da utilização das peças de divulgação previstas na alínea "a" deste subitem, até o dia da *live* que ocorrerá nos primeiros 30 (trinta) dias corridos de execução do Contrato em data a ser definida pelo(a) Gestor(a) do Contrato. A divulgação da campanha de lançamento ocorrerá por e-mail aos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) contendo a indicação da data e horário. A comunicação será feita por, pelo menos, **2 (dois) avisos**: primeiro aviso com antecedência de, no mínimo, **7 (sete) dias úteis** da sua realização; e o segundo, **no dia anterior ao evento**.

12.3. Todo o material de comunicação produzido pela Contratada deverá ser, obrigatoriamente, validado pelo(a) Gestor(a) do Contrato antes da sua veiculação.

12.4. A Contratada deverá disponibilizar o acesso à **plataforma digital de saúde mental** no prazo de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos** contados a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura do Contrato pelas partes.

12.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Contrato, devendo ser refeitos/substituídos no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela Contratada, a suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

12.6. A Plataforma Digital de Saúde Mental a ser disponibilizada deverá permitir o acesso por meio de **site web** ou através de **aplicativo móvel** (disponível para download na **Google Play Store** e **Apple Store**).

12.7. A Contratada deverá **produzir vídeo instrutivo** destinado aos(as) **magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as)**, explicando de forma clara e objetiva o **processo de acesso à plataforma digital de saúde mental**, como **agendar atendimentos psicológicos/psiquiátricos** e como utilizar as demais funcionalidades da plataforma.

12.8. A Contratada deverá realizar **evento trimestral** para engajar magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) no uso da plataforma digital de saúde mental disponibilizada, com realização de palestras e distribuição de materiais de divulgação.

12.9. O Tribunal encaminhará à Contratada a **base de dados** com nome completo e e-mail funcional dos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) para fins de habilitação no sistema, conforme necessidade.

12.10. A Contratada disponibilizará gerente de contas dedicado ao Tribunal para apoiar ações de engajamento e promoção da saúde mental.

12.11. Deverá ser disponibilizado canal de suporte técnico aos usuários do sistema, preferencialmente com atendimento humano.

12.12. A Contratada deverá observar integralmente a LGPD, a resolução CNJ n. 647/2025 e a resolução n. 361/2025-TJRO, garantindo sigilo e segurança dos dados sensíveis relacionados à saúde mental.

12.13. O compartilhamento de dados pessoais pelo Tribunal será exclusivamente para habilitação e acompanhamento da saúde mental dos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as), conforme art. 26 da LGPD.

12.14. A Contratada deverá disponibilizar **plataforma digital de saúde mental** que contenha banco de dados para gestão do Tribunal, com a disponibilização de informações relacionadas à saúde mental, incluindo:

- a) indicadores de adesão aos serviços de apoio psicológico e psiquiátrico, como número de usuários ativos, sessões realizadas, frequência de uso e taxa de retorno aos atendimentos;
- b) mapeamento dos temas mais acessados nas trilhas de aprendizado sobre saúde emocional, como ansiedade, depressão, estresse, *burnout*, autoconhecimento e inteligência emocional e saúde emocional;
- c) relatórios de engajamento com ferramentas de autogestão emocional, como meditações guiadas, testes de bem-estar psíquico e diários emocionais;
- d) análise de evolução dos indicadores de saúde mental ao longo do tempo, com base em dados agregados e anonimizados, respeitando integralmente os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- e) painel gerencial para acompanhamento das ações de promoção da saúde mental, permitindo à administração do Tribunal avaliar o impacto das iniciativas e ajustar estratégias conforme necessário;
- f) integração/comunicação com serviços da rede local de urgência/emergência para a execução do disposto no subitem **12.15.11.3.1.2** deste Termo de Referência;

g) a Contratada deverá manter um painel de controle atualizado para acesso diário do Tribunal, com informações quantitativas do número de sessões de psicoterapia e/ou psiquiátricas por comarca, fila de espera, indicadores, número de adesão e evasão, assim como a identificação por nome e setor de lotação do usuário;

h) relatórios agregados e anonimizados deverão ser entregues mensalmente, com indicadores para gestão (taxa de adesão, evasão, taxa de resolução por acolhimento, percentual de encaminhamentos para emergência, índice de risco suicida identificado, média de sessões por usuário); e

i) relatório mensal detalhado contendo: demonstração da manutenção ativa das trilhas de aprendizado e webinários durante as **24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana**, o período que aconteceu a trilha, o tema apresentado, a comprovação da divulgação por e-mail dos webinários e a emissão de certificado aos usuários que concluíram as trilhas e/ou webinários, e outras exigências dispostas no subitem **12.15.11.1** deste Termo de Referência.

12.15. Dos Serviços

12.15.1. Trata-se da prestação de serviços de rede assistencial de saúde mental, por meio de plataforma digital, com funcionalidades de atendimento psicológico e psiquiátrico remoto, assistência psicológica de emergência, trilhas de aprendizado, webinários, relatórios gerenciais e suporte técnico, visando promover o bem-estar de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as), bem como estagiários(as) do Tribunal, além da execução de Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1 ou outra norma superveniente).

12.15.2. Durante a prestação dos serviços deverá ser permitida o acesso a especialistas em saúde mental, **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano**.

12.15.3. A plataforma digital de saúde mental deverá permitir a busca por especialista com filtros específicos, de forma que seja possível o usuário consultar o perfil do especialista e favoritar os profissionais pelos quais se interessar.

12.15.4. A plataforma digital de saúde mental deverá permitir o agendamento, reagendamento, encaixe e cancelamentos das sessões.

12.15.5. A plataforma digital de saúde mental deverá disponibilizar Inteligência Artificial (IA) ou atendimento humano para recomendação de conteúdos e especialistas.

12.15.6. A Contratada deverá disponibilizar aplicativo de celular compatível com os sistemas iOS e Android, como meio de acesso à plataforma digital de saúde mental. A Contratada deverá disponibilizar de sistema de autenticação de dois fatores (2FA) para cada acesso à plataforma, restringindo o uso exclusivamente a usuários detentores de e-mail funcional com o domínio *@tjro.jus.br*.

12.15.6.1. O fluxo de validação consistirá no envio automático de um código verificador (token) ao e-mail institucional do usuário a cada tentativa de login, sendo a entrada no sistema condicionada à inserção correta do referido código. A medida visa garantir o vínculo ativo com o Tribunal, de modo que o desligamento ou exoneração do servidor e a consequente perda de acesso ao e-mail funcional impeçam, de forma automática e imediata, novos acessos à plataforma digital de saúde mental.

12.15.7. A Contratada deverá elaborar material informativo escrito e/ou em vídeo sobre o serviço de atendimento psicológico/psiquiátrico, ressaltando a confidencialidade e ética dos atendimentos, assim como os benefícios da terapia para os pacientes.

12.15.8. Campanha de Lançamento: Realização de uma campanha intensiva nos primeiros **30 (trinta) dias** de execução do Contrato, incluindo a produção de um vídeo tutorial sobre o uso do aplicativo (iOS e Android) e a realização do primeiro webinário de sensibilização.

12.15.9. A Contratada deverá, ainda, produzir vídeo, que disponha sobre os principais tipos de abordagem de psicologia para auxiliar aos(às) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) na escolha dos profissionais, além da disponibilização de IA ou atendimento humano para facilitar a identificação do perfil de atendimento mais adequado.

12.15.10. Os registros dos atendimentos devem obedecer aos critérios legais estabelecidos pelos respectivos conselhos profissionais e obedecer aos critérios estabelecidos pela LGPD.

12.15.11. Os serviços oferecidos deverão contemplar os eixos do Programa BemJud: **Educação, Rede de Apoio e Gerenciamento de Dados**, conforme descrição abaixo:

12.15.11.1. Educação: Plataforma Digital de Saúde Mental

12.15.11.1.1. As atividades de educação devem ter, no mínimo, **3 (três)** trilhas de aprendizado em saúde mental e “webinários”. As trilhas deverão conter, em outras atividades, vídeos, podcasts, atividades interativas, textos e sugestões de leitura.

12.15.11.1.2. As trilhas de aprendizado terão o objetivo de desenvolver competências ou habilidades específicas aos(às) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) ou fornecer conhecimentos na área de saúde mental. As trilhas versarão sobre assuntos diversos, tais como, estresse, *burnout* e outros transtornos relacionados ao trabalho, ansiedade, depressão, inteligência emocional e saúde emocional, saúde financeira, mindfulness e cursos e campanhas de conscientização voltados à promoção da diversidade, equidade e inclusão.

12.15.11.1.3. A Contratada deverá desenvolver, no mínimo, **1 (uma)** trilha de aprendizado específica para gestores, com o objetivo de promover o conhecimento quanto à identificação dos principais sinais de sofrimento mental e quadros psiquiátricos de suas equipes, trazendo informações como realizar abordagens de seus liderados e sugerir o acompanhamento especializado, ainda, trazer conteúdos que promovam o engajamento dos líderes para o uso e compartilhamento da ferramenta junto às suas equipes, de maneira a colocarem em prática e de forma rotineira atividades voltadas para o autocuidado.

12.15.11.1.4. Cada trilha de aprendizado será formada por, no mínimo, **3 (três)** vídeos ou podcasts, com duração mínima de **10 (dez) minutos**, ou de forma diversa desde que aprovada pelo Tribunal. Todos os materiais deverão ser realizados por profissionais com capacidade e conhecimento sobre o assunto abordado.

12.15.11.1.5. As trilhas de aprendizado deverão ficar disponíveis a todos os usuários com assinatura válida, durante **24 (vinte e quatro) horas e 7 (sete) dias por semana** durante a vigência do Contrato.

12.15.11.1.6. De acordo com a necessidade do Tribunal, poderão ser solicitadas novas trilhas de aprendizado à Contratada de acordo com a temática fim do objeto referente ao disposto no subitem **12.15.11.1.2** deste Termo de Referência, o qual deverá desenvolvê-las em, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos** da solicitação.

12.15.11.1.7. Os webinários, seminários *online* ao vivo, destinam-se ao compartilhamento de conhecimento de especialistas e interação dos participantes via chat. Os webinários deverão ser realizados por meio de plataforma digital de saúde mental de transmissão ao vivo, a qual não imponha limite de usuários conectados simultaneamente.

12.15.11.1.8. Os temas e datas dos webinários serão sugeridos pela Contratada e aprovados pelo Tribunal em reunião de planejamento, devendo ter periodicidade máxima trimestral.

12.15.11.1.9. A divulgação dos webinários ocorrerá por e-mail aos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) contendo a indicação do tema, data, horário e palestrante. A comunicação será feita por, pelo menos, **2 (dois) avisos**: primeiro aviso com antecedência de, no mínimo, **7 (sete) dias úteis** da sua realização; e o segundo, **no dia anterior ao evento**.

12.15.11.1.10. Após a realização dos webinários, a Contratada deverá realizar pesquisa de Avaliação e Monitoramento dos Resultados. O que indicará as necessidades de correção de direcionamento pela Contratada da condução das suas ações.

12.15.11.1.11. A Contratada deverá fornecer certificado aos usuários que concluírem as trilhas de aprendizado, constantes na plataforma digital de saúde mental, e participarem dos webinários ofertados pela Contratada, contendo temática, carga horária, conteúdo programático e modalidade (presencial ou virtual).

12.15.11.1.12. Os certificados serão enviados para o e-mail institucional do usuário, em **até 30 (trinta) dias corridos** contados a partir da conclusão das trilhas de aprendizado ou da participação nos webinários.

12.15.11.2. Rede de Apoio: Atendimento Psicológico e Psiquiátrico

12.15.11.2.1. A Contratada deverá disponibilizar serviço de agendamento e realização de atendimentos virtuais na plataforma digital de saúde mental disponibilizada.

12.15.11.2.2. A plataforma digital de saúde mental deverá dispor de filtro de assuntos e/ou abordagens da psicologia e da psiquiatria para nortear a escolha do profissional.

12.15.11.2.3. Os agendamentos das sessões, com os profissionais escolhidos pelos usuários dentre os disponíveis, serão por eles realizados na plataforma digital de saúde mental disponibilizada.

12.15.11.2.4. O paciente irá definir o horário fixo mensal para seus atendimentos, considerando suas necessidades e os horários ofertados pela Contratada.

12.15.11.2.5. O paciente pode, a qualquer momento, entrar em contato com a equipe da plataforma digital de saúde mental para trocar o psicólogo/psiquiatra responsável por seus atendimentos, considerando os profissionais já disponibilizados pela Contratada, sem necessidade de informar o motivo para a substituição.

12.15.11.2.6. O paciente poderá alterar e/ou cancelar o horário de cada consulta, respeitado o prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

12.15.11.2.7. Eventuais remarcações e cancelamentos de iniciativa do profissional serão informados ao paciente por meio da plataforma digital de saúde mental e por e-mail, com no mínimo **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**. A data de remarcação deverá ser programada para **até 6 (seis) dias corridos** da data original, salvo impossibilidade de horário do paciente.

12.15.11.2.8. A Contratada deverá disponibilizar serviço de lembretes de agendamentos realizados por meio de comunicação amplamente utilizado, a exemplo de *WhatsApp* e e-mail.

12.15.11.2.9. O atendimento psicológico deverá ser **individual** e de forma **virtual**, com duração mínima de **50 (cinquenta) minutos** por sessão.

12.15.11.2.10. O atendimento psiquiátrico deverá ser **individual** e de forma **virtual**, com duração média de **30 (trinta) minutos** por sessão, mas poderá variar conforme autonomia técnica do profissional.

12.15.11.2.11. Os atendimentos ocorrerão somente por videochamada em plataforma digital de saúde mental que garanta o sigilo e a segurança do paciente.

12.15.11.2.12. Os atendimentos **psicológicos** individuais contidos nesta contratação serão **limitados a 48 (quarenta e oito) atendimentos por ano para cada usuário**.

12.15.11.2.13. Os atendimentos **psiquiátricos** individuais contidos nesta contratação serão **limitados a 12 (doze) atendimentos por ano para cada usuário**.

12.15.11.2.14. O pagamento à Contratada será realizado **exclusivamente** com base no número de sessões efetivamente executadas.

12.15.11.2.15. Os atendimentos deverão ser exclusivamente realizados por profissionais com registro nos devidos conselhos regionais ativos:

a) psicólogos: registro ativo no CRP (n. e estado) - apresentar lista nominal da equipe (nome, CRP, especialidades), comprovante de titulação quando alegada (p.ex. psicoterapia cognitivo-comportamental); e

b) psiquiatras: registro ativo no CRM, registro de especialidade, assinatura digital ICP-Brasil para prescrições e atestados. (Conforme regulamentação do CFM sobre telemedicina/teleconsulta).

12.15.11.2.16. A Contratada deverá dispor de profissionais devidamente habilitados e treinados para teleatendimento, manejo de crise/suicídio, diversidade, inclusão e acessibilidade.

12.15.11.2.17. Caso o usuário manifeste interesse, poderão ser contratadas consultas particulares além do limite estabelecido diretamente com a plataforma digital de saúde mental, sem ônus ou qualquer intermediação por parte do Tribunal, ficando as despesas das consultas adicionais às expensas do usuário. O valor das consultas ofertadas aos usuários deste Tribunal deverá corresponder ao informado pela Contratada na apresentação da proposta.

12.15.11.2.18. Ao final de cada sessão, o paciente poderá avaliar a qualidade do atendimento.

12.15.11.2.19. As sessões não serão gravadas e será sigilosa toda e qualquer informação revelada durante os atendimentos.

12.15.11.2.20. Os atendimentos psiquiátricos serão realizados via encaminhamento de médicos e psicólogos, independente de pertencerem à rede de atendimento da plataforma digital de saúde mental.

12.15.11.2.21. A plataforma digital de saúde mental deverá disponibilizar serviço de atendimento psicológico de urgência com agendamento dentro de, no máximo, **24 (vinte e quatro) horas**.

12.15.11.2.22. A plataforma digital de saúde mental deverá disponibilizar serviço de atendimento psiquiátrico de urgência com agendamento dentro de, no máximo, **48 (quarenta e oito) horas**.

12.15.11.3. Rede de Apoio: Assistência Psicológica de Emergência

12.15.11.3.1. A Contratada deverá disponibilizar mecanismos, profissionais habilitados e fluxos de atuação voltados ao atendimento psicológico em situações de urgência/emergência, observando obrigatoriamente os requisitos abaixo.

12.15.11.3.1.1. A equipe técnica da Contratada e a equipe técnica do Tribunal deverão alinhar, em conjunto, fluxo estruturado de manejo de risco, compreendendo as seguintes etapas:

- a)** triagem inicial automática e/ou humana, com identificação de indicadores de risco moderado ou grave, conforme demanda espontânea, de acordo com o disposto no subitem **12.15.11.3.5** deste Termo de Referência; e
- b)** encaminhamento do caso em caráter emergencial para psiquiatra da plataforma digital de saúde mental, quando for o caso, conforme avaliação técnica do profissional.

12.15.11.3.1.2. Em caso de risco grave, ideação suicida ou comportamento autolesivo, a Contratada deverá:

- a)** realizar contato telefônico ativo com o paciente **em até 30 (trinta) minutos**, visando avaliação e classificação imediata do risco;
- b)** proceder ao acionamento do protocolo local, orientando o usuário ou responsável a contatar o SAMU (192) ou outro serviço de emergência municipal, quando cabível;
- c)** realizar notificação à unidade de saúde ocupacional do órgão, somente mediante consentimento explícito do usuário, exceto nos casos de iminente risco de vida, nos quais se aplicam as exceções legais quanto à preservação da vida;
- d)** realizar acompanhamento regular para verificação da adesão ao tratamento, necessidade de eventuais ajustes de condutas e elaborar relatórios para o Tribunal; e
- e)** realizar reunião multidisciplinar com a equipe técnica do Tribunal, especialmente com o Médico do Trabalho e/ou Psiquiatra, após estabilização do caso.

12.15.11.3.2. A Contratada deverá assegurar que toda triagem e atendimento de urgência gere registro completo em sistema eletrônico próprio, contendo, no mínimo: data e horário da ocorrência; descrição objetiva das ações realizadas; número do protocolo de encaminhamento para serviços de emergência, quando houver; e identificação dos profissionais envolvidos (nome e registro profissional).

12.15.11.3.3. Os registros deverão permanecer acessíveis ao Tribunal mediante solicitação formal, respeitando as normas éticas e legais de sigilo profissional.

12.15.11.3.4. A Contratada deverá informar à unidade de saúde do Tribunal sobre casos classificados como críticos, observando o prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a estabilização da ocorrência, manutenção da confidencialidade clínica, sem detalhamento de conteúdo sensível e comunicação condicionada ao consentimento do usuário, sempre que possível.

12.15.11.3.5. A Contratada deverá possuir mecanismo de sinalização imediata de situação de risco, possibilitando que o próprio usuário ou profissional indiquem a situação de urgência, incluindo:

- a)** meio de acionamento rápido, tais como, campo com identificação “Preciso de ajuda agora”;
- b)** detecção de palavras-chave de risco (ex.: “suicídio”, “autolesão”) durante interação na plataforma digital de saúde mental;
- c)** possibilidade de sinalização manual pelo psicólogo durante a sessão; e
- d)** triagem inicial, com classificação automatizada de risco.

12.15.11.3.6. A Contratada deverá garantir que, uma vez identificada situação de urgência, o tempo máximo para início da resposta humana não ultrapasse **30 (trinta) minutos**.

12.15.11.3.7. O pagamento à Contratada será realizado **exclusivamente** com base na finalização do acionamento de um fluxo emergencial completo efetivamente executado, **observado o limite máximo de 12 (doze) acionamentos por ano de vigência contratual**.

12.15.11.3.7.1. Considera-se fluxo emergencial completo o conjunto de intervenções realizadas pela equipe técnica da Contratada, desde a identificação da situação de risco, ou da solicitação por parte do usuário, até a estabilização inicial do usuário, incluindo triagem, intervenção clínica, eventuais encaminhamentos e acompanhamento inicial.

12.15.11.4. Gerenciamento de Dados - Avaliação de Riscos Psicossociais

12.15.11.4.1. Para análise e acompanhamento da saúde mental da organização, a Contratada deverá aplicar formulário para avaliação de bem-estar e saúde mental, o qual poderá basear-se no método Depression Anxiety and

Stress Scale (DASS-21) ou outro método proposto pela Contratada e aceito pelo Tribunal, desde que contenham instrumentos psicométricos validados, como COPSOQ, JCQ ou similares.

12.15.11.4.2. O formulário conterá, ainda, questionário para definição do perfil do usuário por meio de informações, como faixa etária, sexo, tempo de permanência na instituição, comarca, lotação, cargo e outras informações solicitadas pelo Tribunal.

12.15.11.4.3. A Avaliação dos Riscos Psicossociais com magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) deverá ocorrer conforme NR-1 ou conforme demanda da Contratada devidamente justificada por motivo de normas supervenientes.

12.15.11.4.4. A Contratada deverá realizar um evento *online* para o lançamento da Avaliação de Riscos Psicossociais, bem como campanhas de ativação durante o período de aplicação, distribuição de materiais informativos ou outras ações de Endomarketing proposto pela Contratada e aceito pelo Tribunal.

12.15.11.4.5. A análise dos resultados obtidos com o teste deverá ser apresentada por meio de relatórios, que preservem a identidade dos participantes.

12.15.11.4.6. A Contratada deverá realizar reuniões trimestrais para apresentar e discutir com o Tribunal os resultados consolidados das avaliações de bem-estar, propondo planos de ação destinados à melhoria dos índices apresentados.

12.15.11.4.7. O processo de identificação, avaliação e controle dos riscos psicossociais compreenderá, no mínimo:

- a) o levantamento de fatores que indiquem sobrecarga de trabalho, como excesso de tarefas, longas jornadas e pressão contínua por resultados;
- b) a análise dos efeitos do teletrabalho e das atividades virtuais na saúde mental, considerando também as condições de desconexão;
- c) o acompanhamento de possíveis situações de assédio, discriminação ou outras formas de violência no contexto laboral;
- d) a análise dos impactos relacionados ao estresse vivido por grupos minoritários ou sujeitos a exclusão;
- e) a identificação de episódios de presenteísmo;
- f) a verificação do impacto do aumento constante das demandas judiciais e do ritmo de trabalho sobre o bem-estar;
- g) a avaliação das exigências cognitivas do trabalho, como sobrecarga mental, atenção prolongada e efeitos da digitalização;
- h) a investigação dos impactos de práticas de gestão inadequadas ou metas consideradas excessivas;
- i) o monitoramento de conflitos interpessoais e de ambientes socioprofissionais que gerem hostilidade;
- j) a análise de condições de trabalho que afetem especificamente as mulheres, incluindo cargas diferenciadas e maior acúmulo de responsabilidades de cuidado;
- k) a apuração dos efeitos emocionais decorrentes do contato com usuários, advogados, partes e demais públicos atendidos; e
- l) o acompanhamento de possíveis reflexos dos riscos psicossociais na saúde física, como alterações do sono ou sintomas associados ao estresse prolongado.

12.15.11.4.8. A aplicação da Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1) terá caráter institucional e abrangência global, devendo contemplar todo o universo de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) do Tribunal, independentemente de adesão individual à plataforma digital de saúde mental, compreendendo todas as etapas necessárias à sua plena execução, incluindo:

- a) planejamento metodológico;
- b) aplicação do instrumento ao público-alvo;
- c) tratamento estatístico dos dados;
- d) elaboração de relatórios técnicos consolidados e segmentados por unidade/comarca, preservada a anonimização;
- e) proposição de plano de ação com medidas preventivas e corretivas; e
- f) apresentação dos resultados ao Tribunal por meio de **relatório final**.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

13.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

13.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto do Contrato.

13.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar o objeto do Contrato, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

- 14.2.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do Tribunal, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.
- 14.3.** Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.
- 14.4.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.
- 14.5.** Relatar ao Tribunal qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços, incluindo falhas técnicas, ausência de profissionais habilitados ou conteúdos inadequados, e prestar todas as informações solicitadas pela gestão contratual.
- 14.6.** Zelar pelo sigilo e segurança dos dados sensíveis relacionados à saúde mental dos usuários, observando integralmente a LGPD e a Resolução n. 361/2025-TJRO, responsabilizando-se por qualquer violação.
- 14.7.** Arcar com os custos decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos serviços psicológicos, psiquiátricos e de suporte emocional, inclusive quanto à demanda por profissionais especializados, devendo complementá-los sem ônus adicional ao Tribunal.
- 14.8.** Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação sensível relacionada à saúde mental dos usuários, orientando seus profissionais quanto à confidencialidade e ética profissional.
- 14.9.** Garantir a qualidade dos serviços psicológicos, psiquiátricos e de saúde mental oferecidos, respondendo por quaisquer danos decorrentes da má execução contratual.
- 14.10.** Disponibilizar suporte técnico, continuamente e sem interrupções, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao objeto contratado.
- 14.11.** Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, que prestem serviço à Contratada, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado.
- 14.12.** Informar imediatamente ao Tribunal a ocorrência de qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto deste Termo de Referência.
- 14.13.** Disponibilizar ao Tribunal, durante a vigência do Contrato, novas edições/versões da plataforma digital de saúde mental.
- 14.14.** Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do Contrato.
- 14.15.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Tribunal.
- 14.16.** Observar, rigorosamente, todas as normas e todos os procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação do Tribunal.
- 14.17.** Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto do Contrato de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.
- 14.18.** Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.
- 14.19.** Garantir a guarda e a integridade de todos os dados e registros produzidos na execução dos serviços, pelo prazo mínimo de **5 (cinco) anos**, assegurando que tais informações permaneçam acessíveis aos(às) usuários(às) durante todo o período contratado e pelo tempo de retenção estabelecido.
- 14.20.** Disponibilizar perfis de acesso específicos para representantes do Tribunal, possibilitando consulta ao sistema sempre que necessário, bem como exportação de relatórios, observadas as normas de segurança da informação vigentes, durante todo o período contratado.
- 14.21.** Abster-se, durante a vigência do Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Tribunal ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato.
- 14.22.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do Tribunal, o Contrato decorrente deste Termo de Referência, será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

- a) Gestor(a): Rosana Ramalho Feitosa**, e-mail: rosanafeitosa@tjro.jus.br, (69) 3309-6418;
- b) Gestor(a) Substituto(a): Erika Berguerand de Melo**, e-mail: erika.melo@tjro.jus.br, (69) 3309-6416;
- c) Fiscal Administrativo(a): Raísa Mendonça Colares**, e-mail: raisa.colares@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;
- d) Fiscal Administrativo(a) Substituto(a): André Felipe do Nascimento Ferreira**, e-mail: andre.ferreira@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;
- e) Fiscal Administrativo(a) Substituto(a): Luís Paulo Júnior Oliveira Schneider**, e-mail: luis.schneider@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;
- f) Fiscal Técnico(a): Iuna Pereira Sapia**, e-mail: iuna@tjro.jus.br, (69) 3309-6416;
- g) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Mariangela Aloise Onofre**, e-mail: maloise@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-3371;

- h) **Fiscal Técnico(a): Adaluce Coelho Jorge**, e-mail: adaluce@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;
- i) **Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Denise Tofani Malheiros**, e-mail: denisetoffani@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-1216;
- j) **Fiscal Técnico(a): Daniely Amadio de Oliveira**, e-mail: daniely.avelino@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6405;
- k) **Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Sônia Izabel Pavliuk Machado**, e-mail: sonia@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420; e
- l) **Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Pedro Martins de Oliveira**, e-mail: pedromartins@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-1614.

15.2. O(A) Gestor(a), o(a) Fiscal Administrativo(a) e o(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) na Divisão de Saúde, na Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP/TJRO, situada na Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76803-686.

15.3. As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. 146/2024 do Tribunal.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Havendo recusa da empresa vencedora em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

16.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de **até 30 (trinta) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela empresa.

16.2. O atraso injustificado **na apresentação do cronograma de ação para o lançamento e início da execução da Avaliação dos Riscos Psicossociais (NR-1) e do Plano de Comunicação e Endomarketing focado no lançamento e na manutenção do engajamento dos usuários na plataforma digital de saúde mental**, conforme disposição contida no subitem **12.2** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.10** deste Termo.

16.3. O atraso injustificado **na disponibilização do acesso à Plataforma Digital de Saúde Mental**, conforme disposição contida no subitem **12.4** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 20º (vigésimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.11** deste Termo.

16.4. O atraso injustificado **para refazer/substituir os serviços rejeitados**, conforme disposição contida no subitem **12.5** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 20º (vigésimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.10** deste Termo.

16.5. O descumprimento à exigência contida no subitem **12.15.2** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, a cada hora ou fração de hora de indisponibilidade do acesso à plataforma digital de saúde mental, até a 20ª (vigésima) hora corrida contada a partir da **segunda** hora imediatamente posterior a hora em que fora constatada a indisponibilidade do acesso à Plataforma. A partir da 21ª (vigésima primeira) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.10** deste Termo. **A tolerância será de até 1 (uma) hora para restabelecimento do acesso.**

16.6. O atraso injustificado **na realização da campanha intensiva**, conforme disposição contida no subitem **12.15.8** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.10** deste Termo.

16.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) do Contrato (rosanafeitos@tjro.jus.br e disau@tjro.jus.br), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

16.8. Vencido o prazo estipulado, o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data e/ou hora limite para a execução. A partir da data e/ou hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **16.11** deste Termo de Referência.

16.9. A execução do objeto deste Termo de Referência até a data e/ou hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a Contratada das respectivas multas previstas nos subitens **16.2, 16.4, 16.5 e/ou 16.6** deste Termo.

16.10. Pelo descumprimento **parcial** do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado.

16.11. Pelo descumprimento **total** do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado.

16.12. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

16.13. As multas devidas bem como os prejuízos causados ao Tribunal não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.14. A Contratada inadimplente, quando não tiver valores a receber do Tribunal, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

16.15. A aplicação de multa e/ou a extinção do Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

16.16. Cautelarmente, o Tribunal poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

17. DO FATURAMENTO

17.1. A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, CNPJ n. 10.466.386/0001-85. Endereço: Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

17.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

17.2. Da Base Oficial para Faturamento

17.2.1. A Contratada deverá utilizar, **exclusivamente**, a base de dados encaminhada pelo Tribunal como referência para faturamento, sendo vedada a inclusão de usuários não constantes da referida base. A cobrança em desacordo com a base oficial implicará glosa dos valores indevidamente faturados, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei n. 14.133/2021.

17.2.2. O Tribunal realizará a conferência e envio mensal da base de dados, informando à Contratada as admissões e desligamentos de magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as).

17.2.3. No caso de desligamentos de usuários, o ônus financeiro de consultas realizadas caberá ao Tribunal apenas **até o limite de 2 (dois) dias úteis** contados da comunicação oficial do desligamento à Contratada. Expirado o prazo, a Contratada deverá bloquear o acesso, sob pena de arcar com os custos de atendimentos a pessoas não elegíveis.

17.2.4. A taxa de ativação de 10% (dez por cento) não se confunde com taxa/faixa de adesão, mensalidade ou qualquer forma de remuneração fixa, sendo vedada sua utilização como base de faturamento.

17.3. Identificação dos Valores Devidos

17.3.1. Para os procedimentos de liquidação e pagamento, terminado o mês de prestação dos serviços, a Contratada emitirá, **até o 3º (terceiro) dia útil**, quando for o caso, os seguintes **relatórios**:

a) para o **serviço de acesso à Plataforma Digital de Saúde Mental**, o faturamento **mensal** deverá ser precedido da validação, pelo(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato, do relatório detalhado conforme disposto na alínea "i" do subitem **12.14** deste Termo de Referência;

b) para o **serviço de Atendimento Psicológico e Psiquiátrico**, o faturamento será realizado exclusivamente com base nas consultas efetivamente realizadas, após validação, pelo(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato, de relatório **mensal** detalhado contendo no mínimo:

b.1) identificação anonimizada do usuário (ID) contendo situação funcional;

b.2) data da consulta;

b.3) tipo de atendimento (psicológico e/ou psiquiátrico);

b.4) profissional responsável, status da consulta (realizada);

b.5) duração do tempo de atendimento; e

b.6) valor unitário conforme proposta apresentada.

c) para o **serviço de Assistência Psicológica de Emergência**, quando prestado, observado o disposto no subitem **12.15.11.3.7.1** deste Termo de Referência, o faturamento será **mensal**, após validação, pelo(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato, de relatório mensal detalhado contendo, quando for o caso, além do exigido na alínea "b" do subitem **17.3.1** deste Termo, o que segue:

c.1) descrição objetiva das ações realizadas;

c.2) número do protocolo de encaminhamento para serviços de emergência, quando houver; e

c.3) identificação do(s) profissional(is) envolvido(s) (nome e registro profissional).

17.3.1.1. O valor mensal a ser pago para o **serviço de Atendimento Psicológico e Psiquiátrico** corresponderá à soma das consultas efetivamente realizadas no período de referência, considerando a seguinte fórmula: **Valor Mensal = {(Quantidade de consultas psicológicas realizadas × valor unitário da sessão) + (Quantidade de consultas psiquiátricas realizadas × valor unitário da sessão)}**.

17.3.1.1.1. É vedado o faturamento de consultas agendadas e não realizadas, bem como de atendimentos cancelados com menos de **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, conforme disposto no subitem **12.15.11.2.6** deste Termo de Referência, atendimentos realizados a usuários não elegíveis ou inativos dentro do devido período de corte e qualquer tipo de taxa de adesão, mensalidade, disponibilização de plataforma digital de saúde mental ou similar.

17.3.1.1.2. Os valores unitários das consultas deverão corresponder estritamente aos apresentados na proposta da Contratada, vedada qualquer majoração durante a execução contratual, salvo hipóteses legais.

17.3.2. Para os procedimentos de liquidação e pagamento, quanto ao **serviço de Avaliação dos Riscos Psicossociais (NR-1)**, o faturamento será do valor total do serviço, após validação, pelo(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato, do **relatório final** descrito na alínea "f" do subitem **12.15.11.4.8** deste Termo de Referência.

17.3.3. Os relatórios emitidos pela Contratada servirão para fins de medição, fiscalização e validação dos serviços executados.

17.3.3.1. A ausência ou inconsistência das informações poderá ensejar a suspensão do pagamento até a devida regularização.

17.3.3.2. O(A) Fiscal Técnico(a) do Contrato, de posse dos relatórios, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, poderá impugná-lo, devendo indicar cada item de sua discordância e o efetivo valor devido.

17.3.3.3. Caso haja impugnação, o(a) Gestor(a) do Contrato avaliará, e poderá promover diligências, devendo apresentar relatório final da avaliação da impugnação com indicação do efetivo valor devido.

17.3.3.4. Apresentado o relatório final de avaliação da impugnação, será enviado comunicado à Contratada para regularização das divergências apontadas no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da comunicação. Após a regularização de eventuais divergências, a Contratada emitirá nota fiscal ou documento de cobrança equivalente para fins de pagamento que será processado conforme **Item 18** deste Termo de Referência.

17.4. Emissão e entrega da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente

17.4.1. A Contratada deverá apresentar nota fiscal ou documento de cobrança equivalente no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação emitida pelo(a) Gestor(a) e/ou Fiscal Técnico(a) do Contrato, informando o valor devido.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado **em 9 (nove) dias úteis**, caso o **valor total estimado do Contrato** seja igual ou inferior àquele constante no art. 75, inciso II, atualizado conforme disposição contida no art. 182 da Lei n. 14.133/2021, e, acima deste valor, **em 30 (trinta) dias corridos** contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Item 17 deste Termo de Referência, desde que o objeto do Contrato tenha sido executado.

18.1.1. Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o Tribunal. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

18.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela Contratada em sua proposta.

18.3. Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

18.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

19. DA SUSTENTABILIDADE

19.1. Sustentabilidade Ambiental

a) a plataforma digital de saúde mental deverá ser desenvolvida e operada preferencialmente com tecnologias que minimizem o impacto ambiental, tais como, uso de fontes de energia renovável e práticas de compensação de carbono, em conformidade com a Resolução CNJ n. 594/2024; e

b) o processo de armazenamento de dados deverá ser otimizado para reduzir a pegada de carbono, priorizando a utilização de centros de dados que adotem práticas sustentáveis, como a utilização de energia limpa e sistemas de refrigeração eficientes.

19.2. Sustentabilidade Social

a) a plataforma digital de saúde mental deverá garantir acessibilidade a todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência, atendendo aos padrões de acessibilidade exigidos pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e diretrizes internacionais de design inclusivo; e

b) a Contratada deverá adotar práticas que promovam a diversidade e inclusão no desenvolvimento e na operação da plataforma digital de saúde mental, assegurando que a saúde mental de todos os usuários seja tratada de forma ética e com respeito às

diferentes culturas, gêneros e origens.

19.3. Sustentabilidade Econômica

a) a Contratada deverá apresentar um modelo de negócios sustentável, que permita a continuidade dos serviços no longo prazo, garantindo a manutenção e evolução da plataforma digital de saúde mental sem comprometer a qualidade dos atendimentos e funcionalidades oferecidas.

19.4. Sustentabilidade no Uso de Dados e Privacidade

a) a plataforma digital de saúde mental deverá garantir que todos os dados dos usuários sejam tratados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outras normativas de segurança e privacidade, adotando medidas que assegurem o tratamento ético e transparente de informações pessoais e sensíveis; e

b) deverá ser assegurado que a plataforma digital de saúde mental adote práticas transparentes sobre o uso dos dados, garantindo que o processo de coleta, armazenamento e compartilhamento seja realizado de forma consciente, respeitando os direitos dos usuários e buscando sempre minimizar qualquer risco à segurança das informações.

20. DA PROTEÇÃO DE DADOS

20.1. Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, deverá ser observado:

a) em vista da promulgação da LGPD e a quantidade de dados pessoais que serão processados no âmbito deste Termo de Referência, é imperativo que a Contratada cumpra todas as obrigações estabelecidas na legislação, bem como em outras normas pertinentes ao tratamento de dados pessoais, considerando a cadeia de responsabilização prevista no art. 42 da LGPD;

b) as regras relativas à proteção de dados estão contidas no **ANEXO IV** deste Termo de Referência (Termo de Conformidade à LGPD), para que o Tribunal possa verificar as medidas de conformidade adotadas pela Contratada, levando em conta a responsabilidade do Tribunal perante os operadores de dados pessoais;

c) os parâmetros de conformidade à LGPD preenchidos pela Contratada no Termo de Conformidade serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

c.1) ter indicado Encarregado pelo tratamento de dados pessoais ou, quando considerado Agente de Tratamento de Pequeno Porte - ATPP conforme o Regulamento n. 02/2022 da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, manter canal de comunicação adequado;

c.2) possuir mapeamento de dados, com o registro das operações de tratamento de dados pessoais ou, se ATPP, manter registro simplificado conforme o modelo disponibilizado pela ANPD;

c.3) dispor de Política de Privacidade ou outro documento disponível ao público que contenha disposições relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito de sua atuação; e

c.4) implementar medidas administrativas e técnicas de segurança da informação a fim de proteger os dados pessoais contra incidentes.

d) a Contratada deverá cumprir satisfatoriamente todos os itens listados acima e no Termo de Conformidade à LGPD; e

e) se os requisitos legais mínimos especificados no Termo de Conformidade à LGPD não forem atingidos, as partes estabelecerão um prazo para que a Contratada se adeque durante a execução do Contrato, definindo condições específicas de acordo com o caso em questão.

20.2. A Contratada deverá atuar em conformidade com a legislação vigente sobre a proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

20.3. A Contratada deverá observar, em qualquer caso, as melhores práticas em segurança da informação bem como a legislação pertinente, inclusive à aplicação da LGPD no manuseio de informações e dados pessoais.

20.4. As partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Termo de Referência, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

21. DOS ANEXOS

21.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência:

a) **ANEXO I** - DA ESTIMATIVA DE PARTICIPANTES;

b) **ANEXO II** - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES;

c) **ANEXO III** - MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA; e

d) **ANEXO IV** - TERMO DE CONFORMIDADE À LGPD.

Elaboração:

Rosana Ramalho Feitosa

Diretora da DISAU

Erika Berguerand de Melo Veronez

Chefe de Seção da DISAU

Iuna Pereira Sapia

Psicóloga da DISAU

Vanessa de Oliveira

Chefe de Seção da DISAU

André Felipe do Nascimento Ferreira

Técnico Judiciário da DISAU

Raisa Mendonça Colares

Técnica Judiciária da DISAU

ANEXO I

DA ESTIMATIVA DE PARTICIPANTES

Local	Endereço	Quantidade Estimada de Participantes
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Bairro Olaria CEP 76801-330, Porto Velho, Rondônia	4.500 pessoas ^[1]

ANEXO II

DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES^[2]

Grupo	Item	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Forma de Pagamento
1	1	Plataforma Digital de Saúde Mental	Mensal	12 meses			Valor mensal fixo
	2	Acesso à Rede de Apoio: Atendimento Psicológico	Sessão	21.600 ¹			Quantidade de sessões realizadas
	3	Acesso à Rede de Apoio: Atendimento Psiquiátrico	Sessão	5.400 ¹			Quantidade de sessões realizadas
	4	Assistência Psicológica de Emergência	Acionamento	12 ¹			Quantidade de acionamento realizado
	5	Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1)	Serviço	1			Valor total do serviço

¹ - Quantidades calculadas com base na taxa de ativação de 10% (dez por cento) da quantidade estimada de participantes.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA

Ao

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585

Bairro Olaria

Porto Velho - Rondônia

Ref.: Processo n. 0017216-70.2025.8.22.8000

A empresa (nome da empresa _____), CNPJ n. _____, sediada (endereço completo _____) declara, sob as penas da lei, em atendimento ao exigido na alínea "b" do subitem 10.1 do Termo de Referência n. 2/2026, que possui profissionais habilitados para prestação dos atendimentos psicológicos e psiquiátricos das sessões terapêuticas; profissionais habilitados para prestação do serviço de Assistência Psicológica de Emergência, com formação comprovada em manejo de crise, prevenção do suicídio e avaliação de risco; e de profissionais habilitados para o atendimento inclusivo de pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e neurodivergente.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa

RG:

CPF:

ANEXO IV

TERMO DE CONFORMIDADE À LGPD

A Contratada declara que adota as seguintes medidas técnicas e administrativas, com o objetivo de garantir a proteção dos dados pessoais por ela tratados, na forma da Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas legais ou regulamentares aplicáveis à matéria, conforme descritivo abaixo:

QUESITOS DE ADEQUAÇÃO			
1	AGENTE DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE O terceiro se enquadra no conceito de "agente de tratamento de pequeno porte", conforme o art. 2º, inciso I, do Regulamento de Aplicação da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), para Agentes de Tratamento de Pequeno Porte, aprovado pela Resolução CD/ANPD n. 2/2022.	SIM []	NÃO []
2	ENCARREGADO DE DADOS OU CANAL DE COMUNICAÇÃO O terceiro possui um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou, sendo o terceiro enquadrado como Agente de Tratamento de Pequeno Porte, um canal de comunicação para (i) aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; (ii) receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências; (iii) orientar os usuários e os seus contratados a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e (iv) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares (art. 41 da Lei Federal n. 13.709/2018).	SIM []	NÃO []
2.1	DADOS DO ENCARREGADO OU CANAL DE COMUNICAÇÃO Nome/Razão Social: E-mail: Telefone:	SIM []	NÃO []
3	INVENTÁRIO DE DADOS O terceiro mantém o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realiza, especialmente quando baseado no legítimo interesse, alinhado a padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente; Nos Relatórios, Painéis e Dashboards para gestão os dados devem ser agregados e anonimizados, com medidas para reduzir risco de reidentificação dos pacientes; Existência de logs/auditoria de acessos; Garantia de backups criptografados e plano de continuidade da plataforma digital de saúde mental; Garantir exportação de dados administrativos/relatórios quando solicitado, revogação de acessos e descarte seguro dos dados, respeitando obrigações legais e éticas.	SIM []	NÃO []
4	POLÍTICA DE PRIVACIDADE O terceiro dispõe de Política de Privacidade, que aborda as finalidades, bases legais, formas de coleta e segurança dos dados pessoais, os direitos dos titulares, a forma de exercício destes, e demais disposições relacionadas à proteção de	SIM []	NÃO []

	dados pessoais.		
5	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO O terceiro adota medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, alinhado a padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente; Uso de criptografia para os dados em trânsito (TLS) e em repouso; Controle de acesso por perfis (mínimo privilégio) e preferencialmente uso MFA para perfis administrativos/profissionais;	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
6	DEMAIS MEDIDAS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS (Caso possua outras medidas implementadas, listar abaixo)		

Caso tenha assinalado "SIM" para quaisquer dos itens listados acima, a Contratada deverá anexar os documentos comprobatórios e que respaldam as respostas fornecidas ao presente Termo de Conformidade.

Referências:

1. ^ Estimativa baseada na projeção de futuras admissões de magistrados(as), servidores(as) e estagiários.
2. ^ Das especificações e quantidades.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA RAMALHO FEITOSA, Diretor (a) de Divisão**, em 16/06/2026, às 14:47 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAISA MENDONCA COLARES, Técnico (a) Judiciário (a)**, em 16/06/2026, às 14:49 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5731521** e o código CRC **878E898C**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E _____.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pela Juíza Secretária-Geral **KARINA MIGUEL SOBRAL**, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa _____, CNPJ n. _____, situada na _____, n. _____, Bairro _____, Cidade _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com a Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de Pregão Eletrônico n. **031/2026**, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente **EDITAL**, autorizado pelo **Processo Administrativo n. 0017216-70.2025.8.22.8000**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Prestação de serviços de rede assistencial de saúde mental, por meio de plataforma digital, com funcionalidades de atendimento psicológico e psiquiátrico remoto, assistência psicológica de emergência, trilhas de aprendizado, webnários, relatórios gerenciais e suporte técnico, visando promover o bem-estar de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as), bem como estagiários(as) do **CONTRATANTE**, além da execução de Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1 ou outra norma superveniente), conforme as disposições do EDITAL e seus Anexos.

1.2. Integram este Contrato o EDITAL e seus Anexos, a Proposta da **CONTRATADA** e a Nota de Empenho _____, constantes no referido Processo Administrativo.

DA EXECUÇÃO - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A **CONTRATADA** executará o objeto atendendo integralmente a todas as disposições contidas neste Contrato.

2.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes, um Cronograma de ação para o lançamento e início da execução da **Avaliação dos Riscos Psicossociais (NR-1)** e um **Plano de Comunicação e Endomarketing focado no lançamento e na manutenção do engajamento dos usuários na plataforma digital de saúde mental**.

2.2.1. O Cronograma de ação para o lançamento e início da execução da **Avaliação dos Riscos Psicossociais (NR-1)** deverá conter:

- a) metodologia detalhada de aplicação;
- b) cronograma executivo, com prévia da data de início da aplicação da Avaliação de Riscos Psicossociais;
- c) estratégia de comunicação e engajamento;
- d) modelo do instrumento psicométrico utilizado;
- e) metodologia de tratamento e anonimização dos dados; e
- f) metodologia de consolidação estatística dos resultados.

2.2.2. A aplicação da Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1) somente poderá ser iniciada após validação formal pelo(a) Gestor(a) deste Contrato quanto aos documentos previstos no subitem anterior.

2.2.3. O Plano de Comunicação e Endomarketing deverá conter, no mínimo, as seguintes entregas:

- a) **peças de divulgação** como cards para intranet/whatsapp, templates de e-mail, marketing e vídeos curtos no formato de tutorial sobre o uso da plataforma digital de saúde mental (e aplicativo de modelo operacional iOS e Android) que expliquem o seu funcionamento com foco na confidencialidade e na ética dos atendimentos; e

b) campanha de lançamento a ser realizada de forma intensiva e contínua por meio da utilização das peças de divulgação previstas na alínea "a" deste subitem, até o dia da *live* que ocorrerá nos primeiros 30 (trinta) dias corridos de execução deste Contrato em data a ser definida pelo(a) Gestor(a) deste Contrato. A divulgação da campanha de lançamento ocorrerá por e-mail aos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) contendo a indicação da data e horário. A comunicação será feita por, pelo menos, **2 (dois) avisos**: primeiro aviso com antecedência de, no mínimo, **7 (sete) dias úteis** da sua realização; e o segundo, **no dia anterior ao evento**.

2.3. Todo o material de comunicação produzido pela CONTRATADA deverá ser, obrigatoriamente, validado pelo(a) Gestor(a) deste Contrato antes da sua veiculação.

2.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso à **plataforma digital de saúde mental** no prazo de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos** contados a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes.

2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato, devendo ser refeitos/substituídos no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela CONTRATADA, a suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

2.6. A Plataforma Digital de Saúde Mental a ser disponibilizada deverá permitir o acesso por meio de **site web** ou através de **aplicativo móvel** (disponível para download na **Google Play Store** e **Apple Store**).

2.7. A CONTRATADA deverá **produzir vídeo instrutivo** destinado aos(as) **magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as)**, explicando de forma clara e objetiva o **processo de acesso à plataforma digital de saúde mental**, como **agendar atendimentos psicológicos/psiquiátricos** e como utilizar as demais funcionalidades da plataforma.

2.8. A CONTRATADA deverá realizar **evento trimestral** para engajar magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) no uso da plataforma digital de saúde mental disponibilizada, com realização de palestras e distribuição de materiais de divulgação.

2.9. O CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA a **base de dados** com nome completo e e-mail funcional dos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) para fins de habilitação no sistema, conforme necessidade.

2.10. A CONTRATADA disponibilizará gerente de contas dedicado ao CONTRATANTE para apoiar ações de engajamento e promoção da saúde mental.

2.11. Deverá ser disponibilizado canal de suporte técnico aos usuários do sistema, preferencialmente com atendimento humano.

2.12. A CONTRATADA deverá observar integralmente a LGPD, a resolução CNJ n. 647/2025 e a resolução n. 361/2025-TJRO, garantindo sigilo e segurança dos dados sensíveis relacionados à saúde mental.

2.13. O compartilhamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE será exclusivamente para habilitação e acompanhamento da saúde mental dos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as), conforme art. 26 da LGPD.

2.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar **plataforma digital de saúde mental** que contenha banco de dados para gestão do CONTRATANTE, com a disponibilização de informações relacionadas à saúde mental, incluindo:

- a)** indicadores de adesão aos serviços de apoio psicológico e psiquiátrico, como número de usuários ativos, sessões realizadas, frequência de uso e taxa de retorno aos atendimentos;
- b)** mapeamento dos temas mais acessados nas trilhas de aprendizado sobre saúde emocional, como ansiedade, depressão, estresse, *burnout*, autoconhecimento e inteligência emocional e saúde emocional;
- c)** relatórios de engajamento com ferramentas de autogestão emocional, como meditações guiadas, testes de bem-estar psíquico e diários emocionais;
- d)** análise de evolução dos indicadores de saúde mental ao longo do tempo, com base em dados agregados e anonimizados, respeitando integralmente os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- e)** painel gerencial para acompanhamento das ações de promoção da saúde mental, permitindo à administração do CONTRATANTE avaliar o impacto das iniciativas e ajustar estratégias conforme necessário;
- f)** integração/comunicação com serviços da rede local de urgência/emergência para a execução do disposto no subitem **2.15.11.3.1.2** deste Contrato;
- g)** a CONTRATADA deverá manter um painel de controle atualizado para acesso diário do CONTRATANTE, com informações quantitativas do número de sessões de psicoterapia e/ou psiquiátricas por comarca, fila de espera, indicadores, número de adesão e evasão, assim como a identificação por nome e setor de lotação do usuário;
- h)** relatórios agregados e anonimizados deverão ser entregues mensalmente, com indicadores para gestão (taxa de adesão, evasão, taxa de resolução por acolhimento, percentual de encaminhamentos para emergência, índice de risco suicida identificado, média de sessões por usuário); e
- i)** relatório mensal detalhado contendo: demonstração da manutenção ativa das trilhas de aprendizado e webinários durante as **24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana**, o período que aconteceu a trilha, o tema apresentado, a comprovação da divulgação por e-mail dos webinários e a emissão de certificado aos usuários que concluíram as trilhas e/ou webinários, e outras exigências dispostas no subitem **2.15.11.1** deste Contrato.

2.15. Dos Serviços

2.15.1. Trata-se da prestação de serviços de rede assistencial de saúde mental, por meio de plataforma digital, com funcionalidades de atendimento psicológico e psiquiátrico remoto, assistência psicológica de emergência, trilhas de aprendizado, webinários, relatórios gerenciais e suporte técnico, visando promover o bem-estar de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as), bem como estagiários(as) do CONTRATANTE, além da execução de Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1 ou outra norma superveniente).

2.15.2. Durante a prestação dos serviços deverá ser permitida o acesso a especialistas em saúde mental, **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano**.

2.15.3. A plataforma digital de saúde mental deverá permitir a busca por especialista com filtros específicos, de forma que seja possível o usuário consultar o perfil do especialista e favoritar os profissionais pelos quais se interessar.

2.15.4. A plataforma digital de saúde mental deverá permitir o agendamento, reagendamento, encaixe e cancelamentos das sessões.

2.15.5. A plataforma digital de saúde mental deverá disponibilizar Inteligência Artificial (IA) ou atendimento humano para recomendação de conteúdos e especialistas.

2.15.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar aplicativo de celular compatível com os sistemas iOS e Android, como meio de acesso à plataforma digital de saúde mental. A CONTRATADA deverá disponibilizar de sistema de autenticação de dois fatores (2FA) para cada acesso à plataforma, restringindo o uso exclusivamente a usuários detentores de e-mail funcional com o domínio @tjro.jus.br.

2.15.6.1. O fluxo de validação consistirá no envio automático de um código verificador (token) ao e-mail institucional do usuário a cada tentativa de login, sendo a entrada no sistema condicionada à inserção correta do referido código. A medida visa garantir o vínculo ativo com o CONTRATANTE, de modo que o desligamento ou exoneração do servidor e a consequente perda de acesso ao e-mail funcional impeçam, de forma automática e imediata, novos acessos à plataforma digital de saúde mental.

2.15.7. A CONTRATADA deverá elaborar material informativo escrito e/ou em vídeo sobre o serviço de atendimento psicológico/psiquiátrico, ressaltando a confidencialidade e ética dos atendimentos, assim como os benefícios da terapia para os pacientes.

2.15.8. Campanha de Lançamento: Realização de uma campanha intensiva nos primeiros **30 (trinta) dias** de execução deste Contrato, incluindo a produção de um vídeo tutorial sobre o uso do aplicativo (iOS e Android) e a realização do primeiro webinar de sensibilização.

2.15.9. A CONTRATADA deverá, ainda, produzir vídeo, que disponha sobre os principais tipos de abordagem de psicologia para auxiliar aos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) na escolha dos profissionais, além da disponibilização de IA ou atendimento humano para facilitar a identificação do perfil de atendimento mais adequado.

2.15.10. Os registros dos atendimentos devem obedecer aos critérios legais estabelecidos pelos respectivos conselhos profissionais e obedecer aos critérios estabelecidos pela LGPD.

2.15.11. Os serviços oferecidos deverão contemplar os eixos do Programa BemJud: **Educação, Rede de Apoio e Gerenciamento de Dados**, conforme descrição abaixo:

2.15.11.1. Educação: Plataforma Digital de Saúde Mental

2.15.11.1.1. As atividades de educação devem ter, no mínimo, **3 (três)** trilhas de aprendizado em saúde mental e “webinários”. As trilhas deverão conter, em outras atividades, vídeos, podcasts, atividades interativas, textos e sugestões de leitura.

2.15.11.1.2. As trilhas de aprendizado terão o objetivo de desenvolver competências ou habilidades específicas aos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) ou fornecer conhecimentos na área de saúde mental. As trilhas versarão sobre assuntos diversos, tais como, estresse, *burnout* e outros transtornos relacionados ao trabalho, ansiedade, depressão, inteligência emocional e saúde emocional, saúde financeira, mindfulness e cursos e campanhas de conscientização voltados à promoção da diversidade, equidade e inclusão.

2.15.11.1.3. A CONTRATADA deverá desenvolver, no mínimo, **1 (uma)** trilha de aprendizado específica para gestores, com o objetivo de promover o conhecimento quanto à identificação dos principais sinais de sofrimento mental e quadros psiquiátricos de suas equipes, trazendo informações como realizar abordagens de seus liderados e sugerir o acompanhamento especializado, ainda, trazer conteúdos que promovam o engajamento dos líderes para o uso e compartilhamento da ferramenta junto às suas equipes, de maneira a colocarem em prática e de forma rotineira atividades voltadas para o autocuidado.

2.15.11.1.4. Cada trilha de aprendizado será formada por, no mínimo, **3 (três)** vídeos ou podcasts, com duração mínima de **10 (dez) minutos**, ou de forma diversa desde que aprovada pelo CONTRATANTE. Todos os materiais deverão ser realizados por profissionais com capacidade e conhecimento sobre o assunto abordado.

2.15.11.1.5. As trilhas de aprendizado deverão ficar disponíveis a todos os usuários com assinatura válida, durante **24 (vinte e quatro) horas e 7 (sete) dias por semana** durante a vigência deste Contrato.

2.15.11.1.6. De acordo com a necessidade do CONTRATANTE, poderão ser solicitadas novas trilhas de aprendizado à CONTRATADA de acordo com a temática fim do objeto referente ao disposto no subitem **2.15.11.1.2** deste Contrato, o qual deverá desenvolvê-las em, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos** da solicitação.

2.15.11.1.7. Os webinários, seminários *online* ao vivo, destinam-se ao compartilhamento de conhecimento de especialistas e interação dos participantes via chat. Os webinários deverão ser realizados por meio de plataforma digital de saúde mental de transmissão ao vivo, a qual não imponha limite de usuários conectados simultaneamente.

2.15.11.1.8. Os temas e datas dos webinários serão sugeridos pela CONTRATADA e aprovados pelo CONTRATANTE em reunião de planejamento, devendo ter periodicidade máxima trimestral.

2.15.11.1.9. A divulgação dos webinários ocorrerá por e-mail aos(as) magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) contendo a indicação do tema, data, horário e palestrante. A comunicação será feita por, pelo menos, **2 (dois) avisos**: primeiro aviso com antecedência de, no mínimo, **7 (sete) dias úteis** da sua realização; e o segundo, **no dia anterior ao evento**.

2.15.11.1.10. Após a realização dos webinários, a CONTRATADA deverá realizar pesquisa de Avaliação e Monitoramento dos Resultados. O que indicará as necessidades de correção de direcionamento pela CONTRATADA da condução das suas ações.

2.15.11.1.11. A CONTRATADA deverá fornecer certificado aos usuários que concluírem as trilhas de aprendizado, constantes na plataforma digital de saúde mental, e participarem dos webinários ofertados pela CONTRATADA, contendo temática, carga horária, conteúdo programático e modalidade (presencial ou virtual).

2.15.11.1.12. Os certificados serão enviados para o e-mail institucional do usuário, em **até 30 (trinta) dias corridos** contados a partir da conclusão das trilhas de aprendizado ou da participação nos webinários.

2.15.11.2. Rede de Apoio: Atendimento Psicológico e Psiquiátrico

2.15.11.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de agendamento e realização de atendimentos virtuais na plataforma digital de saúde mental disponibilizada.

2.15.11.2.2. A plataforma digital de saúde mental deverá dispor de filtro de assuntos e/ou abordagens da psicologia e da psiquiatria para nortear a escolha do profissional.

2.15.11.2.3. Os agendamentos das sessões, com os profissionais escolhidos pelos usuários dentre os disponíveis, serão por eles realizados na plataforma digital de saúde mental disponibilizada.

2.15.11.2.4. O paciente irá definir o horário fixo mensal para seus atendimentos, considerando suas necessidades e os horários ofertados pela CONTRATADA.

2.15.11.2.5. O paciente pode, a qualquer momento, entrar em contato com a equipe da plataforma digital de saúde mental para trocar o psicólogo/psiquiatra responsável por seus atendimentos, considerando os profissionais já disponibilizados pela CONTRATADA, sem necessidade de informar o motivo para a substituição.

2.15.11.2.6. O paciente poderá alterar e/ou cancelar o horário de cada consulta, respeitado o prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

2.15.11.2.7. Eventuais remarcações e cancelamentos de iniciativa do profissional serão informados ao paciente por meio da plataforma digital de saúde mental e por e-mail, com no mínimo **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**. A data de remarcação deverá ser programada para **até 6 (seis) dias corridos** da data original, salvo impossibilidade de horário do paciente.

2.15.11.2.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de lembretes de agendamentos realizados por meio de comunicação amplamente utilizado, a exemplo de *WhatsApp* e e-mail.

2.15.11.2.9. O atendimento psicológico deverá ser **individual** e de forma **virtual**, com duração mínima de **50 (cinquenta) minutos** por sessão.

2.15.11.2.10. O atendimento psiquiátrico deverá ser **individual** e de forma **virtual**, com duração média de **30 (trinta) minutos** por sessão, mas poderá variar conforme autonomia técnica do profissional.

2.15.11.2.11. Os atendimentos ocorrerão somente por videochamada em plataforma digital de saúde mental que garanta o sigilo e a segurança do paciente.

2.15.11.2.12. Os atendimentos **psicológicos** individuais contidos nesta contratação serão **limitados a 48 (quarenta e oito) atendimentos por ano para cada usuário**.

2.15.11.2.13. Os atendimentos **psiquiátricos** individuais contidos nesta contratação serão **limitados a 12 (doze) atendimentos por ano para cada usuário**.

2.15.11.2.14. O pagamento à CONTRATADA será realizado **exclusivamente** com base no número de sessões efetivamente executadas.

2.15.11.2.15. Os atendimentos deverão ser exclusivamente realizados por profissionais com registro nos devidos conselhos regionais ativos:

a) psicólogos: registro ativo no CRP (n. e estado) - apresentar lista nominal da equipe (nome, CRP, especialidades), comprovante de titulação quando alegada (p.ex. psicoterapia cognitivo-comportamental); e

b) psiquiatras: registro ativo no CRM, registro de especialidade, assinatura digital ICP-Brasil para prescrições e atestados. (Conforme regulamentação do CFM sobre telemedicina/teleconsulta).

2.15.11.2.16. A CONTRATADA deverá dispor de profissionais devidamente habilitados e treinados para teleatendimento, manejo de crise/suicídio, diversidade, inclusão e acessibilidade.

2.15.11.2.17. Caso o usuário manifeste interesse, poderão ser contratadas consultas particulares além do limite estabelecido diretamente com a plataforma digital de saúde mental, sem ônus ou qualquer intermediação por parte do CONTRATANTE, ficando as despesas das consultas adicionais às expensas do usuário. O valor das consultas ofertadas aos usuários deste CONTRATANTE deverá corresponder ao informado pela CONTRATADA na apresentação da proposta.

2.15.11.2.18. Ao final de cada sessão, o paciente poderá avaliar a qualidade do atendimento.

2.15.11.2.19. As sessões não serão gravadas e será sigilosa toda e qualquer informação revelada durante os atendimentos.

2.15.11.2.20. Os atendimentos psiquiátricos serão realizados via encaminhamento de médicos e psicólogos, independente de pertencerem à rede de atendimento da plataforma digital de saúde mental.

2.15.11.2.21. A plataforma digital de saúde mental deverá disponibilizar serviço de atendimento psicológico de urgência com agendamento dentro de, no máximo, **24 (vinte e quatro) horas**.

2.15.11.2.22. A plataforma digital de saúde mental deverá disponibilizar serviço de atendimento psiquiátrico de urgência com agendamento dentro de, no máximo, **48 (quarenta e oito) horas**.

2.15.11.3. Rede de Apoio: Assistência Psicológica de Emergência

2.15.11.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar mecanismos, profissionais habilitados e fluxos de atuação voltados ao atendimento psicológico em situações de urgência/emergência, observando obrigatoriamente os requisitos abaixo.

2.15.11.3.1.1. A equipe técnica da CONTRATADA e a equipe técnica do CONTRATANTE deverão alinhar, em conjunto, fluxo estruturado de manejo de risco, compreendendo as seguintes etapas:

- a) triagem inicial automática e/ou humana, com identificação de indicadores de risco moderado ou grave, conforme demanda espontânea, de acordo com o disposto no subitem **2.15.11.3.5** deste Contrato; e
- b) encaminhamento do caso em caráter emergencial para psiquiatra da plataforma digital de saúde mental, quando for o caso, conforme avaliação técnica do profissional.

2.15.11.3.1.2. Em caso de risco grave, ideação suicida ou comportamento autolesivo, a CONTRATADA deverá:

- a) realizar contato telefônico ativo com o paciente **em até 30 (trinta) minutos**, visando avaliação e classificação imediata do risco;
- b) proceder ao acionamento do protocolo local, orientando o usuário ou responsável a contatar o SAMU (192) ou outro serviço de emergência municipal, quando cabível;
- c) realizar notificação à unidade de saúde ocupacional do órgão, somente mediante consentimento explícito do usuário, exceto nos casos de iminente risco de vida, nos quais se aplicam as exceções legais quanto à preservação da vida;
- d) realizar acompanhamento regular para verificação da adesão ao tratamento, necessidade de eventuais ajustes de condutas e elaborar relatórios para o CONTRATANTE; e
- e) realizar reunião multidisciplinar com a equipe técnica do CONTRATANTE, especialmente com o Médico do Trabalho e/ou Psiquiatra, após estabilização do caso.

2.15.11.3.2. A CONTRATADA deverá assegurar que toda triagem e atendimento de urgência gere registro completo em sistema eletrônico próprio, contendo, no mínimo: data e horário da ocorrência; descrição objetiva das ações realizadas; número do protocolo de encaminhamento para serviços de emergência, quando houver; e identificação dos profissionais envolvidos (nome e registro profissional).

2.15.11.3.3. Os registros deverão permanecer acessíveis ao CONTRATANTE mediante solicitação formal, respeitando as normas éticas e legais de sigilo profissional.

2.15.11.3.4. A CONTRATADA deverá informar à unidade de saúde do CONTRATANTE sobre casos classificados como críticos, observando o prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a estabilização da ocorrência, manutenção da confidencialidade clínica, sem detalhamento de conteúdo sensível e comunicação condicionada ao consentimento do usuário, sempre que possível.

2.15.11.3.5. A CONTRATADA deverá possuir mecanismo de sinalização imediata de situação de risco, possibilitando que o próprio usuário ou profissional indiquem a situação de urgência, incluindo:

- a) meio de acionamento rápido, tais como, campo com identificação “Preciso de ajuda agora”;
- b) detecção de palavras-chave de risco (ex.: “suicídio”, “autolesão”) durante interação na plataforma digital de saúde mental;
- c) possibilidade de sinalização manual pelo psicólogo durante a sessão; e
- d) triagem inicial, com classificação automatizada de risco.

2.15.11.3.6. A CONTRATADA deverá garantir que, uma vez identificada situação de urgência, o tempo máximo para início da resposta humana não ultrapasse **30 (trinta) minutos**.

2.15.11.3.7. O pagamento à CONTRATADA será realizado **exclusivamente** com base na finalização do acionamento de um fluxo emergencial completo efetivamente executado, **observado o limite máximo de 12 (doze) acionamentos por ano de vigência contratual**.

2.15.11.3.7.1. Considera-se fluxo emergencial completo o conjunto de intervenções realizadas pela equipe técnica da CONTRATADA, desde a identificação da situação de risco, ou da solicitação por parte do usuário, até a estabilização inicial do usuário, incluindo triagem, intervenção clínica, eventuais encaminhamentos e acompanhamento inicial.

2.15.11.4. Gerenciamento de Dados - Avaliação de Riscos Psicossociais

2.15.11.4.1. Para análise e acompanhamento da saúde mental da organização, a CONTRATADA deverá aplicar formulário para avaliação de bem-estar e saúde mental, o qual poderá basear-se no método Depression Anxiety and Stress Scale (DASS-21) ou outro método proposto pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE, desde que contenham instrumentos psicométricos validados, como COPSOQ, JCQ ou similares.

2.15.11.4.2. O formulário conterá, ainda, questionário para definição do perfil do usuário por meio de informações, como faixa etária, sexo, tempo de permanência na instituição, comarca, lotação, cargo e outras informações solicitadas pelo CONTRATANTE.

2.15.11.4.3. A Avaliação dos Riscos Psicossociais com magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) deverá ocorrer conforme NR-1 ou conforme demanda da CONTRATADA devidamente justificada por motivo de normas supervenientes.

2.15.11.4.4. A CONTRATADA deverá realizar um evento *online* para o lançamento da Avaliação de Riscos Psicossociais, bem como campanhas de ativação durante o período de aplicação, distribuição de materiais informativos ou outras ações de Endomarketing proposto pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

2.15.11.4.5. A análise dos resultados obtidos com o teste deverá ser apresentada por meio de relatórios, que preservem a identidade dos participantes.

2.15.11.4.6. A CONTRATADA deverá realizar reuniões trimestrais para apresentar e discutir com o CONTRATANTE os resultados consolidados das avaliações de bem-estar, propondo planos de ação destinados à melhoria dos índices apresentados.

2.15.11.4.7. O processo de identificação, avaliação e controle dos riscos psicossociais compreenderá, no mínimo:

- a) o levantamento de fatores que indiquem sobrecarga de trabalho, como excesso de tarefas, longas jornadas e pressão contínua por resultados;
- b) a análise dos efeitos do teletrabalho e das atividades virtuais na saúde mental, considerando também as condições de desconexão;
- c) o acompanhamento de possíveis situações de assédio, discriminação ou outras formas de violência no contexto laboral;
- d) a análise dos impactos relacionados ao estresse vivido por grupos minoritários ou sujeitos a exclusão;
- e) a identificação de episódios de presenteísmo;
- f) a verificação do impacto do aumento constante das demandas judiciais e do ritmo de trabalho sobre o bem-estar;
- g) a avaliação das exigências cognitivas do trabalho, como sobrecarga mental, atenção prolongada e efeitos da digitalização;
- h) a investigação dos impactos de práticas de gestão inadequadas ou metas consideradas excessivas;
- i) o monitoramento de conflitos interpessoais e de ambientes socioprofissionais que gerem hostilidade;
- j) a análise de condições de trabalho que afetem especificamente as mulheres, incluindo cargas diferenciadas e maior acúmulo de responsabilidades de cuidado;
- k) a apuração dos efeitos emocionais decorrentes do contato com usuários, advogados, partes e demais públicos atendidos; e
- l) o acompanhamento de possíveis reflexos dos riscos psicossociais na saúde física, como alterações do sono ou sintomas associados ao estresse prolongado.

2.15.11.4.8. A aplicação da Avaliação de Riscos Psicossociais (NR-1) terá caráter institucional e abrangência global, devendo contemplar todo o universo de magistrados(as) ativos(as), servidores(as) ativos(as) e estagiários(as) do CONTRATANTE, independentemente de adesão individual à plataforma digital de saúde mental, compreendendo todas as etapas necessárias à sua plena execução, incluindo:

- a) planejamento metodológico;
- b) aplicação do instrumento ao público-alvo;
- c) tratamento estatístico dos dados;
- d) elaboração de relatórios técnicos consolidados e segmentados por unidade/comarca, preservada a anonimização;
- e) proposição de plano de ação com medidas preventivas e corretivas; e
- f) apresentação dos resultados ao CONTRATANTE por meio de **relatório final**.

DO REGIME DE EXECUÇÃO - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. O objeto deste Contrato será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA QUARTA

4.1. A vigência deste Contrato será de **1 (um) ano** contado da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado nos exercícios subsequentes até o limite de 10 (dez) anos, de acordo com o art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

DO VALOR E DO REAJUSTE - CLÁUSULA QUINTA

5.1. O valor total estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____), decorrente dos seguintes valores:

- a) para o **serviço de acesso à Plataforma Digital de Saúde Mental**, o valor mensal é de R\$ _____ (_____), sendo o valor anual de R\$ _____ (_____);
- b) para o **serviço de acesso à Rede de Apoio: Atendimento Psicológico**, o valor unitário da sessão é de R\$ _____ (_____), sendo o valor total das **21.600** (vinte e uma mil e seiscentas) sessões de R\$ _____ (_____);

c) para o **serviço de acesso à Rede de Apoio: Atendimento Psiquiátrico**, o valor unitário da sessão é de **R\$** _____ (_____), sendo o valor total das **5.400** (cinco mil e quatrocentas) sessões de **R\$** _____ (_____);

d) para o **serviço de acesso à Rede de Apoio: Assistência Psicológica de Emergência**, o valor do acionamento de um fluxo emergencial completo é de **R\$** _____ (_____), sendo o valor total dos **12** (doze) acionamentos de **R\$** _____ (_____); e

e) para o **serviço de Avaliação de Riscos Psicossociais**, o valor total é de **R\$** _____ (_____).

5.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços deste Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

5.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contado a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA SEXTA

6.1. A despesa decorrente deste Contrato será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia: Unidade Orçamentária: 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU; Funcional Programática: 02.122.1012.1486 - Promover o Bem Estar para Magistrados(as), Servidores(as) e Estagiários(as) do PJRO; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Subitem: 5 - Serviços Técnicos Profissionais.

DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, CNPJ n. 10.466.386/0001-85. Endereço: Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

7.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a CONTRATADA deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

7.2. Da Base Oficial para Faturamento

7.2.1. A CONTRATADA deverá utilizar, **exclusivamente**, a base de dados encaminhada pelo CONTRATANTE como referência para faturamento, sendo vedada a inclusão de usuários não constantes da referida base. A cobrança em desacordo com a base oficial implicará glosa dos valores indevidamente faturados, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei n. 14.133/2021.

7.2.2. O CONTRATANTE realizará a conferência e envio mensal da base de dados, informando à CONTRATADA as admissões e desligamentos de magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as).

7.2.3. No caso de desligamentos de usuários, o ônus financeiro de consultas realizadas caberá ao CONTRATANTE apenas **até o limite de 2 (dois) dias úteis** contados da comunicação oficial do desligamento à CONTRATADA. Expirado o prazo, a CONTRATADA deverá bloquear o acesso, sob pena de arcar com os custos de atendimentos a pessoas não elegíveis.

7.2.4. A taxa de ativação de 10% (dez por cento) não se confunde com taxa/faixa de adesão, mensalidade ou qualquer forma de remuneração fixa, sendo vedada sua utilização como base de faturamento.

7.3. Identificação dos Valores Devidos

7.3.1. Para os procedimentos de liquidação e pagamento, terminado o mês de prestação dos serviços, a CONTRATADA emitirá, **até o 3º (terceiro) dia útil**, quando for o caso, os seguintes **relatórios**:

a) para o **serviço de acesso à Plataforma Digital de Saúde Mental**, o faturamento **mensal** deverá ser precedido da validação, pelo(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato, do relatório detalhado conforme disposto na alínea "i" do subitem **2.14** deste Contrato;

b) para o **serviço de Atendimento Psicológico e Psiquiátrico**, o faturamento será realizado exclusivamente com base nas consultas efetivamente realizadas, após validação, pelo(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato, de relatório **mensal** detalhado contendo no mínimo:

b.1) identificação anonimizada do usuário (ID) contendo situação funcional;

b.2) data da consulta;

b.3) tipo de atendimento (psicológico e/ou psiquiátrico);

b.4) profissional responsável, status da consulta (realizada);

b.5) duração do tempo de atendimento; e

b.6) valor unitário conforme proposta apresentada.

c) para o **serviço de Assistência Psicológica de Emergência**, quando prestado, observado o disposto no subitem **2.15.11.3.7.1** deste Contrato, o faturamento será **mensal**, após validação, pelo(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato, de relatório mensal detalhado contendo, quando for o caso, além do exigido na alínea "b" do subitem **7.3.1** deste Contrato, o que segue:

- c.1) descrição objetiva das ações realizadas;
- c.2) número do protocolo de encaminhamento para serviços de emergência, quando houver; e
- c.3) identificação do(s) profissional(is) envolvido(s) (nome e registro profissional).

7.3.1.1. O valor mensal a ser pago para o **serviço de Atendimento Psicológico e Psiquiátrico** corresponderá à soma das **consultas** efetivamente realizadas no período de referência, considerando a seguinte fórmula: **Valor Mensal = {(Quantidade de consultas psicológicas realizadas × valor unitário da sessão) + (Quantidade de consultas psiquiátricas realizadas × valor unitário da sessão)}**.

7.3.1.1.1. É vedado o faturamento de consultas agendadas e não realizadas, bem como de atendimentos cancelados com menos de **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, conforme disposto no subitem **2.15.11.2.6** deste Contrato, atendimentos realizados a usuários não elegíveis ou inativos dentro do devido período de corte e qualquer tipo de taxa de adesão, mensalidade, disponibilização de plataforma digital de saúde mental ou similar.

7.3.1.1.2. Os valores unitários das consultas deverão corresponder estritamente aos apresentados na proposta da CONTRATADA, vedada qualquer majoração durante a execução contratual, salvo hipóteses legais.

7.3.2. Para os procedimentos de liquidação e pagamento, quanto ao **serviço de Avaliação dos Riscos Psicossociais (NR-1)**, o faturamento será do valor total do serviço, após validação, pelo(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato, do **relatório final** descrito na alínea "f" do subitem **2.15.11.4.8** deste Contrato.

7.3.3. Os relatórios emitidos pela CONTRATADA servirão para fins de medição, fiscalização e validação dos serviços executados.

7.3.3.1. A ausência ou inconsistência das informações poderá ensejar a suspensão do pagamento até a devida regularização.

7.3.3.2. O(A) Fiscal Técnico(a) deste Contrato, de posse dos relatórios, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, poderá impugná-lo, devendo indicar cada item de sua discordância e o efetivo valor devido.

7.3.3.3. Caso haja impugnação, o(a) Gestor(a) deste Contrato avaliará, e poderá promover diligências, devendo apresentar relatório final da avaliação da impugnação com indicação do efetivo valor devido.

7.3.3.4. Apresentado o relatório final de avaliação da impugnação, será enviado comunicado à CONTRATADA para regularização das divergências apontadas no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da comunicação. Após a regularização de eventuais divergências, a CONTRATADA emitirá nota fiscal ou documento de cobrança equivalente para fins de pagamento que será processado conforme Cláusula Oitava deste Contrato.

7.4. Emissão e entrega da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente

7.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal ou documento de cobrança equivalente no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação emitida pelo(a) Gestor(a) e/ou Fiscal Técnico(a) deste Contrato, informando o valor devido.

DO PAGAMENTO - CLÁUSULA OITAVA

8.1. O pagamento será efetuado **em 30 (trinta) dias corridos** contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do período (mês), conforme Cláusula Sétima deste Contrato, desde que o objeto tenha sido executado.

8.1.1. Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

8.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela CONTRATADA em sua proposta.

8.3. Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

8.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i/365	I = (6/100)/365	I = 0,00016438
------------------	------------------------	-----------------------

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA NONA

- 9.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Contrato.
- 9.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste Contrato.
- 9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA DÉCIMA

- 10.1. Executar o objeto deste Contrato, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do CONTRATANTE, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.
- 10.3. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.
- 10.4. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.
- 10.5. Relatar ao CONTRATANTE qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços, incluindo falhas técnicas, ausência de profissionais habilitados ou conteúdos inadequados, e prestar todas as informações solicitadas pela gestão contratual.
- 10.6. Zelar pelo sigilo e segurança dos dados sensíveis relacionados à saúde mental dos usuários, observando integralmente a LGPD e a Resolução n. 361/2025-TJRO, responsabilizando-se por qualquer violação.
- 10.7. Arcar com os custos decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos serviços psicológicos, psiquiátricos e de suporte emocional, inclusive quanto à demanda por profissionais especializados, devendo complementá-los sem ônus adicional ao CONTRATANTE.
- 10.8. Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação sensível relacionada à saúde mental dos usuários, orientando seus profissionais quanto à confidencialidade e ética profissional.
- 10.9. Garantir a qualidade dos serviços psicológicos, psiquiátricos e de saúde mental oferecidos, respondendo por quaisquer danos decorrentes da má execução contratual.
- 10.10. Disponibilizar suporte técnico, continuamente e sem interrupções, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao objeto contratado.
- 10.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, que prestem serviço à CONTRATADA, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado.
- 10.12. Informar imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto deste Contrato.
- 10.13. Disponibilizar ao CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, novas edições/versões da plataforma digital de saúde mental.
- 10.14. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto deste Contrato.
- 10.15. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE.
- 10.16. Observar, rigorosamente, todas as normas e todos os procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE.
- 10.17. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.
- 10.18. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.
- 10.19. Garantir a guarda e a integridade de todos os dados e registros produzidos na execução dos serviços, pelo prazo mínimo de **5 (cinco) anos**, assegurando que tais informações permaneçam acessíveis aos(às) usuários(às) durante todo o período contratado e pelo tempo de retenção estabelecido.
- 10.20. Disponibilizar perfis de acesso específicos para representantes do CONTRATANTE, possibilitando consulta ao sistema sempre que necessário, bem como exportação de relatórios, observadas as normas de segurança da informação vigentes, durante todo o período contratado.
- 10.21. Abster-se, durante a vigência deste Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato.
- 10.22. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

DA SUBCONTRAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE, este Contrato será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

- a) Gestor(a): **Rosana Ramalho Feitosa**, e-mail: rosanafeitosa@tjro.jus.br (69) 3309-6418;
- b) Gestor(a) Substituto(a): **Erika Berguerand de Melo**, e-mail: erika.melo@tjro.jus.br, (69) 3309-6416;
- c) Fiscal Administrativo(a): **Raisa Mendonça Colares**, e-mail: raisa.colares@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;
- d) Fiscal Administrativo(a) Substituto(a): **André Felipe do Nascimento Ferreira**, e-mail: andre.ferreira@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;
- e) Fiscal Administrativo(a) Substituto(a): **Luís Paulo Júnior Oliveira Schneider**, e-mail: luís.schneider@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;
- f) Fiscal Técnico(a): **Iuna Pereira Sapia**, e-mail: iuna@tjro.jus.br, (69) 3309-6416;
- g) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): **Mariangela Aloise Onofre**, e-mail: maloise@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-3371;
- h) Fiscal Técnico(a): **Adaluce Coelho Jorge**, e-mail: adaluce@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;
- i) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): **Denise Tofani Malheiros**, e-mail: denisetoffani@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-1216;
- j) Fiscal Técnico(a): **Daniely Amadio de Oliveira**, e-mail: daniely.avelino@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6405;
- k) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): **Sônia Izabel Pavliuk Machado**, e-mail: sonia@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420; e
- l) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): **Pedro Martins de Oliveira**, e-mail: pedromartins@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-1614.

12.2. O(A) Gestor(a), o(a) Fiscal Administrativo(a) e o(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) na Divisão de Saúde, na Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP/TJRO, situada na Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76803-686.

12.3. As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE.

DAS PENALIDADES - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, poderá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo de **até 3 (três) anos**, observadas as disposições do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, se a CONTRATADA:

- a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total deste Contrato; e
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato sem motivo justificado.

13.2. O atraso injustificado **na apresentação do cronograma de ação para o lançamento e início da execução da Avaliação dos Riscos Psicossociais (NR-1) e do Plano de Comunicação e Endomarketing focado no lançamento e na manutenção do engajamento dos usuários na plataforma digital de saúde mental**, conforme disposição contida no subitem 2.2 deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem 13.10 deste Contrato.

13.3. O atraso injustificado **na disponibilização do acesso à Plataforma Digital de Saúde Mental**, conforme disposição contida no subitem 2.4 deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato, até o 20º (vigésimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem 13.11 deste Contrato.

13.4. O atraso injustificado **para refazer/substituir os serviços rejeitados**, conforme disposição contida no subitem 2.5 deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato, até o 20º (vigésimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem 13.10 deste Contrato.

13.5. O descumprimento à exigência contida no subitem 2.15.2 deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato, a cada hora ou fração de hora de indisponibilidade do acesso à plataforma digital de saúde mental, até a 20ª (vigésima) hora corrida contada a partir da **segunda** hora imediatamente posterior a hora em que fora constatada a indisponibilidade do acesso à Plataforma. A partir da 21ª (vigésima primeira) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem 13.10 deste Contrato. **A tolerância será de até 1 (uma) hora para restabelecimento do acesso.**

13.6. O atraso injustificado **na realização da campanha intensiva**, conforme disposição contida no subitem 2.15.8 deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem 13.10 deste Contrato.

13.7. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Contrato, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) deste Contrato

(rosanafeitos@tjro.jus.br e disau@tjro.jus.br), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

13.8. Vencido o prazo estipulado, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data e/ou hora limite para a execução. A partir da data e/ou hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **13.11** deste Contrato.

13.9. A execução do objeto deste Contrato até a data e/ou hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA das respectivas multas previstas nos subitens **13.2, 13.4, 13.5** e/ou **13.6** deste Contrato.

13.10. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado.

13.11. Pelo descumprimento total do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado.

13.12. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

13.13. As multas devidas bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13.14. A CONTRATADA inadimplente, quando não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

13.15. A aplicação de multa e/ou a extinção deste Contrato não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

13.16. Cautelarmente, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** deste Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

b) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se durante a vigência deste Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

15.2. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

DA SUSTENTABILIDADE - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. Sustentabilidade Ambiental

a) a plataforma digital de saúde mental deverá ser desenvolvida e operada preferencialmente com tecnologias que minimizem o impacto ambiental, tais como, uso de fontes de energia renovável e práticas de compensação de carbono, em conformidade com a Resolução CNJ n. 594/2024; e

b) o processo de armazenamento de dados deverá ser otimizado para reduzir a pegada de carbono, priorizando a utilização de centros de dados que adotem práticas sustentáveis, como a utilização de energia limpa e sistemas de refrigeração eficientes.

17.2. Sustentabilidade Social

a) a plataforma digital de saúde mental deverá garantir acessibilidade a todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência, atendendo aos padrões de acessibilidade exigidos pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e diretrizes internacionais de design inclusivo; e

b) a CONTRATADA deverá adotar práticas que promovam a diversidade e inclusão no desenvolvimento e na operação da plataforma digital de saúde mental, assegurando que a saúde mental de todos os usuários seja tratada de forma ética e com

respeito às diferentes culturas, gêneros e origens.

17.3. Sustentabilidade Econômica

a) a CONTRATADA deverá apresentar um modelo de negócios sustentável, que permita a continuidade dos serviços no longo prazo, garantindo a manutenção e evolução da plataforma digital de saúde mental sem comprometer a qualidade dos atendimentos e funcionalidades oferecidas.

17.4. Sustentabilidade no Uso de Dados e Privacidade

a) a plataforma digital de saúde mental deverá garantir que todos os dados dos usuários sejam tratados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outras normativas de segurança e privacidade, adotando medidas que assegurem o tratamento ético e transparente de informações pessoais e sensíveis; e

b) deverá ser assegurado que a plataforma digital de saúde mental adote práticas transparentes sobre o uso dos dados, garantindo que o processo de coleta, armazenamento e compartilhamento seja realizado de forma consciente, respeitando os direitos dos usuários e buscando sempre minimizar qualquer risco à segurança das informações..

DA PROTEÇÃO DE DADOS - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, deverá ser observado:

a) em vista da promulgação da LGPD e a quantidade de dados pessoais que serão processados no âmbito deste Contrato, é imperativo que a CONTRATADA cumpra todas as obrigações estabelecidas na legislação, bem como em outras normas pertinentes ao tratamento de dados pessoais, considerando a cadeia de responsabilização prevista no art. 42 da LGPD;

b) as regras relativas à proteção de dados estão contidas no **ANEXO III** do Termo de Referência n. 4/2026 (Termo de Conformidade à LGPD), para que o CONTRATANTE possa verificar as medidas de conformidade adotadas pela CONTRATADA, levando em conta a responsabilidade do CONTRATANTE perante os operadores de dados pessoais;

c) os parâmetros de conformidade à LGPD preenchidos pela CONTRATADA no Termo de Conformidade serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

c.1) ter indicado Encarregado pelo tratamento de dados pessoais ou, quando considerado Agente de Tratamento de Pequeno Porte - ATPP conforme o Regulamento n. 02/2022 da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, manter canal de comunicação adequado;

c.2) possuir mapeamento de dados, com o registro das operações de tratamento de dados pessoais ou, se ATPP, manter registro simplificado conforme o modelo disponibilizado pela ANPD;

c.3) dispor de Política de Privacidade ou outro documento disponível ao público que contenha disposições relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito de sua atuação; e

c.4) implementar medidas administrativas e técnicas de segurança da informação a fim de proteger os dados pessoais contra incidentes.

d) a CONTRATADA deverá cumprir satisfatoriamente todos os itens listados acima e no Termo de Conformidade à LGPD; e

e) se os requisitos legais mínimos especificados no Termo de Conformidade à LGPD não forem atingidos, as partes estabelecerão um prazo para que a CONTRATADA se adeque durante a execução deste Contrato, definindo condições específicas de acordo com o caso em questão.

18.2. A CONTRATADA deverá atuar em conformidade com a legislação vigente sobre a proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

18.3. A CONTRATADA deverá observar, em qualquer caso, as melhores práticas em segurança da informação bem como a legislação pertinente, inclusive à aplicação da LGPD no manuseio de informações e dados pessoais.

18.4. As partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Contrato, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua última assinatura pelas partes como condição de sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA VIGÉSIMA

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 e nas normas e princípios gerais dos contratos.

DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E DO FORO - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

21.1. Serão adotados métodos de resolução consensual das controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste Contrato, conforme Recomendação n. 140/2023 do CNJ.

21.2. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, quando não solucionadas consensualmente, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.



Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO FERNANDES DE SOUZA, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 16/06/2026, às 22:11 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5731490** e o código CRC **9143B43B**.